

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHALERADO

**A DINÂMICA E O DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO
METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO NOS
ANOS 2000**

ISABELA CARVALHO DA SILVA
Matrícula nº: 110122449

ORIENTADORA: Lia Hasenclever

AGOSTO 2015

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHALERADO

**A DINÂMICA E O DESENVOLVIMENTO
SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO
METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO NOS
ANOS 2000**

ISABELA CARVALHO DA SILVA
Matrícula nº: 110122449

ORIENTADORA: Lia Hasenlever

AGOSTO 2015

As opiniões expressas neste trabalho são de exclusiva responsabilidade da autora.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar gostaria de agradecer a Deus por além de ter me dado saúde, me fez acreditar que chegar até aqui era possível. Agradeço também aos meus pais, Sebastião e Valdinéa, por todo apoio e motivação na busca dos meus sonhos e em minha formação. Agradeço pelos valores transmitidos, por acreditarem em mim e me darem a oportunidade de dedicar-me à minha vida acadêmica. Agradeço também à minha irmã Marcela, por todo apoio e incentivo nos estudos e por te sido inspiração de disciplina para através dela alcançar os melhores resultados. Agradeço à minha avó, aos meus padrinhos, tios e tias, primos e primas por todo apoio e torcida desde os primeiros anos na escola até à graduação.

Aos amigos, há uma lista enorme de nomes que não seria possível citar. Mas especialmente àqueles que dividiram todos esses anos de graduação comigo e fizeram dos corredores do IE mais do que o nosso ponto de encontro, o nosso ponto de lamentações e porque não também de comemorações. Alan, Beatriz, Bruna, Gabrielle, Guilherme, Henrique, João Vitor, Luan, Leonardo, Kesia, Kenia e Rafael, dentre “babados e confusões” esses jamais serão esquecidos. Aos amigos de fora do IE, àqueles que torceram por cada aprovação em uma prova difícil, que compreenderam as minhas ausências, que incentivaram sempre. Uns que acompanharam a caminhada desde o começo, outros que chegaram no meio, ou mesmo quem apareceu mais para o final dela. As amigas do vôlei, aos amigos de outros estados ou até de outros países e que são praticamente amigos virtuais. A todos vocês, muito obrigada!

Não poderia deixar de agradecer ao BNDES não apenas por toda experiência profissional adquirida no tempo de estágio mais também pela oportunidade de conhecer e integrar uma instituição de seu porte. Agradeço à minha equipe Paula, Tiago, Márcio e Alessandra assim como a todos os funcionários que faziam parte da AEX, especialmente do DECEX 3 e a nossa chefe e parceira Raquel. Aos “acadêmicos da AEX”, os estagiários que me receberam, desde o primeiro dia, de braços abertos e que hoje eu tenho a sorte de tê-los como amigos. Torcendo para que um dia, em um futuro breve, venhamos a nos reencontrar para trabalharmos juntos novamente.

Não posso deixar de agradecer à minha orientadora Lia Hasen clever, com quem tive a oportunidade de conhecer o universo acadêmico através da iniciação científica no Grupo de Economia da Inovação, por todos os ensinamentos acadêmicos, por toda dedicação, conselhos e torcida. Sempre na companhia da Letícia e da Júlia, pessoas com quem eu também tive o prazer de compartilhar momentos especiais no GEI.

Por fim, mas não menos importante, gostaria de agradecer à UFRJ, ao Instituto de Economia e todos os seus professores, não apenas pelos anos de ensino, mas também pela formação de seres pensantes ao qual eu e meus colegas fomos submetidos. Sem esta “casa” eu não teria me tornado a pessoa que sou hoje e a profissional que pretendo ser ao longo da minha carreira.

Superação é ter humildade de aprender com o passado, não se conformar com o presente e desafiar o futuro.

(Hugo Bethlen)

RESUMO

Este trabalho se propõe a estudar a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, que inserida em um contexto de realização de grandes eventos esportivos vem recebendo investimentos em infraestrutura urbana. Com o objetivo de identificar se está havendo uma perda de dinamismo econômico por parte da indústria da região metropolitana, uma vez que, os investimentos produtivos do estado tem se voltado para fora dessa região. É o caso as atividades de extração do petróleo que a partir dos anos 2000 se tornou uma importante atividade produtiva para o Estado. De modo que, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o Estado do Rio de Janeiro e sua região metropolitana. Além de uma revisão a respeito da desconcentração industrial ocorrida a partir da década de 1990. Contando ainda com dados referente ao Produto Interno Bruto estadual, municipal e regional do IBGE e dados referentes à indústria fluminense, além de dados do Valor Adicionado Bruto e emprego oriundos da CEPERJ e do Fórum da Baixada. Foi possível observar que a RMRJ está perdendo espaço na produção industrial em detrimento de outras regiões do Estado, principalmente para o Norte Fluminense e a região do Médio Paraíba. Contudo, no que se refere ao desenvolvimento socioeconômico da região metropolitana foi possível identificar uma melhora relativa num período entre os anos 2000 e 2010, mas nada muito expressivo se comparada a outras regiões do Estado e do Brasil.

ÍNDICE DE FIGURAS E GRÁFICOS

Figura 1 – Mapa do Estado do Rio e do estado da Guanabara (1960-1975)	23
Figura 2 - Mapa da atual composição da RMRJ, 2014	27
Gráfico 1 – Participação regional na indústria de transformação fluminense em 2007 (%)	58
Gráfico 2 – Participação regional na indústria de transformação fluminense em 2011 (%)	59
Figura 3 – Pirâmide etária da região metropolitana do Rio de Janeiro por sexo segundo grupos de idade 2000/2010	71
Gráfico 3 - Fluxo escolar por faixa etária - Região metropolitana do Rio de Janeiro - 2000/2010	76
Gráfico 4 - Fluxo escolar por faixa etária - Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Brasil - 2010	77
Gráfico 5 - Escolaridade da População com 25 anos ou mais da RMRJ 2000	79
Gráfico 6 - Escolaridade da População com 25 anos ou mais da RMRJ 2010	79
Gráfico 7 - Expectativa de anos de estudo Brasil, e Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo 2010.....	80
Gráfico 8 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais para o Brasil e as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo - 2010	81
Gráfico 9 - Taxa de analfabetismo por faixa de idade - Brasil e Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo - 2010	82
Gráfico 10 - Distribuição de renda por quintos da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (ordenadas segundo a renda domiciliar per capita) - 2010.....	85
Gráfico 12 - Percentual da população segundo faixa de vulnerabilidade social para Brasil e regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, 2010	89

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1 - Mudanças na delimitação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 1974/2013	26
Quadro 2 - Relação (%) dos empregos formais com a população nos municípios que compõem o Fórum da Baixada, Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, Estado do Rio, Sudeste e Brasil, em 2013.....	40
Quadro 3 - Relação (%) dos empregos industriais* no total da população nos municípios que compõem o Fórum da Baixada, Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, Estado do Rio, Sudeste e Brasil, em 2013	43
Quadro 4 - Variação do PIB, entre 2000 e 2012, nos municípios que compõem o Fórum da Baixada, Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, Estado do Rio, Sudeste e Brasil	48
Quadro 5 - Participação relativa (%) das grandes regiões e unidades da federação selecionadas no valor adicionado bruto nacional, 1995/2010 (Brasil = 100%)	49
Quadro 6 - Taxa de Crescimento médio anual de alguns setores industriais para unidades da federação selecionadas e na média nacional, 1995/2010.....	54
Quadro 7 – Variação percentual acumulada da produção física industrial das Ufs do ERJ, São Paulo, Minas Gerais e no Brasil, segundo as atividades industriais entre 2000 e 2013.....	56

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 1 - Índice de participação dos municípios na distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS, segundo as Regiões de Governo e municípios ERJ - 2006-2012	36
Tabela 2 - Número de empregos formais, segundo as Regiões de Governo e municípios do Estado do Rio de Janeiro - 2007-2012	38
Tabela 3 - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto a preços constantes de 2000 e relação PIB RJ / PIB Brasil e Estado do Rio de Janeiro - 2000-2010.....	45
Tabela 4 – Produto Interno Bruto estadual, por municípios e regiões a preços R\$ 1.000.000 de 2000	47
Tabela 5 - Valor adicionado bruto a preço básico, segundo as atividades econômicas, ERJ - 1999-2012	51
Tabela 6 - Participação do Rio de Janeiro no valor adicionado bruto do Brasil, segundo as atividades econômicas ERJ - 1995 - 2009	53
Tabela 7 - Taxa de variação anual da Indústria extrativa mineral e de transformação, segundo as classes e gêneros Estado do Rio de Janeiro - 2005-2012	57
Tabela 8 - <i>Ranking</i> do Índice de Desenvolvimento Humano dos estados brasileiros (Censo 2010)	63
Tabela 9 - <i>Ranking</i> nacional do Índice de Desenvolvimento Humano das regiões metropolitanas (Censo 2010)	64
Tabela 10 - <i>Ranking</i> estadual do Índice de Desenvolvimento Humano pelas posições dos municípios da RMRJ (Censo 2010)	66
Tabela 11 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	69
Tabela 12 - Estrutura Etária da População - Região Metropolitana do Rio de Janeiro	70
Tabela 13 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - RM do Rio de Janeiro	72
Tabela 14 - IDHM Longevidade e Esperança de vida ao nascer, Brasil, Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, em 2010	73
Tabela 15 - População total e percentual porpulacional dado condições de habitação, Brasil, Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, 2010	74
Tabela 16 - Esperança de vida ao nascer e IDHM Longevidade para municípios selecionados 2000/2010.....	75
Tabela 17 - Expectativa de anos de estudo, IDHM Educação e Taxa de analfabetismo para pessoas com 25 anos ou mais, para municípios selecionados	83
Tabela 18 - Renda, Pobreza e Desigualdade - Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	84
Gráfico 11 - Composição da população com 18 anos ou mais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2010.....	86

Tabela 19 - Ocupação da população de 18 anos ou mais - Região Metropolitana do Rio de Janeiro.....	87
Tabela 20 - Índice de Gini e Renda per capita Brasil e regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, 2010.....	88
Tabela 21 - IDHM Renda, Índice de Gini, Renda per capita e Percentual de extremamente pobres para municípios selecionados	90

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO	15
1.1 – Antecedentes históricos e políticos.....	15
1.2 – Criação e consolidação da RMRJ: 1975 a 2000.....	22
1.3 – Situação atual da RMRJ: 2000 a 2013.....	25
CAPÍTULO 2 – ANÁLISE ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E SUA REGIÃO METROPOLITANA	28
2.1 – Análise da relevância da cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana para a economia local.	28
2.2 - O Processo de descentralização industrial em termos nacionais e os impactos desses movimentos no ERJ	34
2.3 - Análise comparativa do PIB do ERJ, da RMRJ e das demais regiões do Estado.	43
2.4 - A Dinâmica Industrial do ERJ e da sua Região Metropolitana.....	49
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2000-2010)	61
3.1–Caracterização socioeconômica recente do território do ERJ e sua região metropolitana	62
3.2 - Índice de Desenvolvimento Humano da RMRJ segundo a ótica da Longevidade	68
3.3 - Índice de Desenvolvimento Humano da RMRJ segundo a ótica da Educação	75
3.4 - Índice de Desenvolvimento Humano da RMRJ segundo a ótica da Renda	83
CONCLUSÃO	91
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	96

INTRODUÇÃO

O estado do Rio de Janeiro (ERJ), historicamente, sempre teve uma posição importante e influente no tocante à vida política e econômica do Brasil, principalmente no que diz respeito à cidade do Rio de Janeiro e a sua região metropolitana. Atualmente, devido à realização de grandes eventos internacionais, tais como a Jornada Mundial da Juventude em 2013, a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, a cidade tem sido centro de discussão em função dos investimentos pelos quais a mesma está passando visando sua reestruturação e a realização desses eventos. São investimentos estruturais urbanos, tal como no sistema de transporte e mobilidade urbana com a criação da linha 4 do metrô e o sistema de transporte rápido por ônibus conhecido como BRT (*Bus Rapid Transit*), e ainda investimentos em serviços e logística com o projeto de implantação do Porto Maravilha no centro da cidade do Rio de Janeiro. Destacam-se também os investimentos no que tange a política de segurança pública nas comunidades do Rio de Janeiro através da implantação das UPPs (Unidades de Polícia Pacificadora), além da criação do Parque Olímpico na Zona Oeste da cidade, visando à criação da vila olímpica que abrigará os atletas e a construção de instalações esportivas para a realização das competições olímpicas. Esses investimentos na cidade do Rio de Janeiro impactam diretamente em sua região metropolitana, uma vez que os esforços estão concentrados em seu principal município, e, indiretamente, nas demais regiões do estado.

Entretanto, alguns setores da indústria fluminense tem sofrido uma considerável decadência que se apoia tanto na questão da transferência da capital federal para Brasília nos anos 1960 e sua consequente perda de nacionalidade da cidade do Rio de Janeiro, quanto na perda de dinamismo econômico da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ), frente a outras regiões do Estado. Esta perda pode ser atribuída nas últimas décadas principalmente, aos investimentos no setor de petróleo e gás que tiveram maior avanço na região Norte Fluminense. (SABÓIA, 2001)

Este cenário de investimentos e a perda relativa da industrialização da metrópole levam a outro fator a ser discutido: a ampliação da dependência da RMRJ dos setores terciários ou pelo setor público e a identificação das causas desse processo. Em que

medida esses fenômenos associados são responsáveis por não se alcançar níveis satisfatórios de qualidade de vida para a população e podem explicar alguns problemas pelo qual a RMRJ tem passado tais como, desemprego, proliferação de favelas, violência urbana, etc. (URANI *et al.*, 2004) Sendo assim, o objetivo desse estudo está em reconhecer os motivos pelos quais esse panorama se configurou na RMRJ, levando-se em conta o processo de descentralização industrial que ocorreu em diversas regiões do Brasil, ligados a contextos políticos e econômicos do país e de cada região especificamente.

A RMRJ acaba sendo um campo rico e vasto de pesquisa e análise, principalmente no que consiste a sua realidade econômica e social nos anos mais recentes. É possível perceber que sua dinâmica econômica vem se alterando no que tange à produção industrial, ao emprego e à dinâmica espacial. Hoje, a RMRJ, sob esses e muitos outros aspectos, difere muito do que foi a RMRJ no momento da sua formação, após a “Lei da Fusão” em 1975. Portanto, é interessante estudar e analisar todo processo histórico de criação do ERJ e de sua região metropolitana, assim como os processos que levaram à região a essas alterações econômicas e espaciais. De fato, vários municípios que integravam a RMRJ em sua criação, hoje não a integram mais, além disso, outros municípios foram incorporados à região posteriormente e assim por diante.

Durante a análise da perda de dinamismo econômico da RMRJ estaremos aliados tanto à hipótese da perda de centralidade nacional da cidade do Rio de Janeiro em 1960, quando houve a transferência do Distrito Federal para a cidade de Brasília. Como também à do aumento dos investimentos no setor de extração do petróleo e gás no Norte Fluminense em função da grande demanda internacional e aumento do preço do petróleo a partir de 2002.

A metodologia adotada foi uma revisão bibliográfica referente ao ERJ e RMRJ no que diz respeito tanto a criação de ambas como o desenvolvimento socioeconômico das mesmas desde a criação da cidade do Rio de Janeiro até os dias atuais. Esta revisão foi complementada com uma revisão referente ao tema da descentralização industrial nacional a partir dos anos 1990. Adicionalmente, foi utilizada uma base de dados referentes às contas nacionais e atividades industriais provenientes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Centro Estadual de Pesquisa e Estatística

do Rio de Janeiro (CEPERJ) e do Fórum da Baixada. Os dados socioeconômicos referentes à RMRJ e outras regiões selecionadas e os índices de desenvolvimento, tais como o Índice de Desenvolvimento Municipal (IDHM), da Organização das Nações Unidas (ONU), através do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), também foram pesquisados.

De modo que, a monografia está estruturada em três capítulos. O primeiro capítulo analisará a formação histórica da RMRJ, através de alguns marcos históricos e seus antecedentes. Sendo o principal deles, a fusão do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara, responsável pela criação efetiva da RMRJ até a sua consolidação, e o reflexo de todos esses processos nos dias atuais. No segundo capítulo será abordada a situação econômica do ERJ e de sua região metropolitana. Assim como os impactos para a RMRJ de um processo de descentralização industrial nacional que vem sendo observado desde os anos 1990. Além de observar a dinâmica do Produto Interno Bruto (PIB) do estado como um todo, em comparação com o PIB da RMRJ e das demais regiões do estado, somada a dinâmica industrial tanto do ERJ como da RMRJ. Por fim, o terceiro capítulo, caracterizará o desenvolvimento socioeconômico da RMRJ em comparação com outras regiões metropolitanas, outras regiões do ERJ e com o Brasil, fazendo uso do indicador de desenvolvimento utilizado pelo PNUD (Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento), o IDHM (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal). Finalmente, ainda neste capítulo dados referentes às variáveis componentes do IDHM, Longevidade, Educação e Renda, disponibilizados pelo IBGE através de dados do Censo de 2010, serão agregados para ilustrar as posições obtidas dos indicadores.

CAPÍTULO 1 – FORMAÇÃO HISTÓRICA DA REGIÃO METROPOLITANA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

A formação histórica do Rio de Janeiro e de sua região metropolitana, pode ser dividida em três períodos principais, que caracterizam seus antecedentes políticos e históricos específicos.

O primeiro momento vai desde a criação da cidade do Rio de Janeiro até o ano de 1975. Inclui os antecedentes históricos que levou a cidade do Rio de Janeiro a se tornar a capital da colônia, depois do Império, até o momento em que se tornou capital da República. Destaca-se neste período a sua perda de centralidade política com a transferência da capital federal para Brasília e as suas profundas transformações políticas, administrativas e econômicas.

O segundo momento, cujo se estende de 1975 até o ano 2000, ano da “Lei da Fusão” que unificou o estado do Rio de Janeiro ao estado da Guanabara, deu origem ao que ficou conhecido como a RMRJ. Neste período aconteceram várias transformações políticas e alterações na sua estrutura espacial.

E finalmente, o terceiro momento, que vai desde o ano 2000 até os períodos mais recentes, com dados até 2013. Neste período, a RMRJ adquire a sua configuração espacial, política, administrativa e econômica atual. Analisa-se o perfil dessa região em meio ao contexto nacional e regional, de investimentos para sediar eventos esportivos de grande porte na cidade do Rio de Janeiro com transformações estruturais na sua indústria.

1.1 – Antecedentes históricos e políticos

Em 1565 estava sendo fundada, pelos portugueses, a então Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, que por cerca de 200 anos foi a capital da Colônia, do Império e da República no Brasil. Cidade esta que também concentrou riquezas e uma importância política e até mesmo cultural ao longo desses anos, gozando dos benefícios de sua privilegiada localização geográfica, com condições portuárias estratégicas na então Baía do Rio de Janeiro, atualmente conhecida como Baía de Guanabara.

(NAZARETH, 2007) A cidade do Rio de Janeiro além de ter sido um importante espaço de articulação nacional, como aponta Osório (2013) foi também a base de uma importante política portuguesa com relação ao Rio da Prata em função da exploração de metais preciosos. Segundo Lessa (2000):

O Rio foi, no início, um pólo de poder geopolítico e o porto. A dinâmica urbana da cidade tem aí o seu marco original. Até o fim do século XIX, o Centro da cidade e o porto estiveram superpostos: a cidade dialogava com a baía, atenta à barra de entrada com a máquina à vapor, o porto começou a separar-se do centro. Jamais houve o divórcio completo. A cidade estendeu-se com o bonde pelas praias, em direção ao oceano e, pelos eixos ferroviários, para o interior, fundando os subúrbios. Ao longo do século XX estes movimentos magnificaram-se: a cidade virou de costas para a baía, enamorou-se pelo oceano e internalizou-se em busca de chão, mantendo o centro como elo estratégico de ligação. A unidade do Rio repousa neste centro. (LESSA, 2000, p. 11)

No período colonial, então como capitania hereditária, o Rio de Janeiro tinha como destaque o cultivo de cana-de-açúcar nas proximidades da Baía do Rio de Janeiro, o comércio do pau-brasil, além da produção de sal, farinha, mandioca, aguardente que estimularam o povoamento da capitania. O crescimento econômico ocorreu até 1690, quando houve a descoberta do ouro em Minas Gerais. A chamada “febre do ouro” abriu caminho para uma conexão entre a capitania do Rio de Janeiro e os distritos mineiros, tornando-se uma rota comercial significativa e consequentemente levando a necessidade de uma modernização do porto do Rio de Janeiro, que na época tornou-se o maior exportador de ouro e metais preciosos. Além disso, tornou-se abastecedora da zona mineradora, recebendo alimentos, escravos, carne seca, peles, aguardente, dentre outros artigos europeus. (NAZARETH, 2007) O Rio de Janeiro acabou sendo considerada um “caixa-forte” de reservas de metais preciosos. (LESSA, 2000) No entanto, mesmo sendo um importante polo concentrador de atividades principalmente após a descoberta do ouro em Minas Gerais, o Rio de Janeiro não obteve uma organização produtiva em termos regionais que fortalecesse a sua economia interna com a dinâmica da escala nacional. (SOBRAL, 2013)

Em 1753, quando o ouro já estava começando a ficar escasso, havia a necessidade de controlar melhor a região centro-sul do país. Foi então que a Coroa Portuguesa resolveu transferir a capital da colônia, então vice-reino de Portugal, de Salvador para o Rio de Janeiro. Nessa época, o Rio de Janeiro era responsável por 38% das importações e 34% das exportações totais brasileiras. O que consequentemente levou a cidade do Rio de Janeiro a receber um grande contingente populacional que iria alterar o seu panorama econômico e social. Já em 1575, o Rio de Janeiro havia iniciado suas atividades com o comércio atacadista e o comércio negreiro, que via no desenvolvimento açucareiro ganhos através do escambo do tráfico e aguardente devido às relações comerciais mantidas com a África, principalmente com Angola. (LESSA, 2000) O Rio de Janeiro, tanto no campo, como na área urbana tinha supremacia de escravos em seu contingente populacional, cerca de mais da metade de uma população de 170 mil habitantes, em 1789. (NAZARETH, 2007)

Em 1808, quando a família Real Portuguesa se muda para o Rio de Janeiro, fugindo das tropas de Napoleão, que invadira Portugal, causou mais uma vez forte impacto na vida social e econômica da cidade. No entanto, trouxe consigo uma grande veia desenvolvimentista devido à transferência de algumas instituições. Houve um aumento dos gastos públicos com melhorias urbanísticas, somado a isso, houve também a abertura dos portos às nações amigas, em 1811, que beneficiou ainda mais o papel comercial da cidade. Em 1815, a província do Rio de Janeiro foi intitulada de sede do Reino Unido de Portugal e Algarves e em 1820 já era a maior cidade brasileira. (NAZARETH, 2007)

Após a Proclamação da Independência, em 7 de Setembro de 1822, o Rio de Janeiro permanece como a capital do país e em 1834 um Ato Adicional separa da província a cidade do Rio de Janeiro, que passa a ser considerado como Município Neutro. Essa singularidade institucional permaneceu pela República até 1960 (LESSA, 2000) E foi nesse momento que os cafezais, antes cultivados aos arredores da cidade, chegam a municípios como Angra dos Reis, Parati até a região do Vale do Paraíba do Sul e das encostas da Serra fluminense. Em pouco tempo o café se tornaria a principal atividade agroexportadora brasileira, fortalecendo a aristocracia rural dos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, e fazendo do Segundo Reinado, um período em que a província do Rio de Janeiro gozasse de momentos de prosperidade. Com isso, os

cafezais já chegavam a ocupar grandes áreas dos municípios de Barra Mansa, Barra do Piraí, Resende, Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, Sapucaia, Carmo, Cantagalo, Nova Friburgo, Santo Antônio de Pádua, Miracema, Itaperuna e Bom Jesus de Itabapoana. Até mesmo no Litoral havia áreas de plantações, como em, São Pedro da Aldeia, Barra de São João, Macaé, São Gonçalo e próximo a Niterói. (NAZARETH, 2007) Assim, “ao ser pólo mercantil e ponto essencial à logística da região, credencia-se a capitalidade” da cidade do Rio de Janeiro. (LESSA, 2000, p.64)

Desde a chegada de D. João à cidade do Rio de Janeiro e junto com ele a chegada do gasto público, a mesma se beneficiou de uma arrecadação fiscal que era fruto da presença do poder público, além de beneficiar-se também pela receita gerada a partir do pagamento dos funcionários do Estado. No entanto, quando D. João retorna à Portugal com reservas de ouro e cambiais do primeiro Banco do Brasil, gerando uma, mesmo que pequena onda de falências que só iria ter recuperação cerca de dois anos depois, quando a capital voltou a apresentar sinais de dinamismo. (LESSA, 2000)

Na medida em que se instaurou a República, a cidade tentou constituir-se de uma maneira tecnocrática e conservadora, tendo como referência a cidade de Washington, capital dos Estados Unidos, na intenção de restringir ao máximo o espaço da política local. Tal estratégia só foi confirmada posteriormente na Constituição de 1946 e na Lei Orgânica do Distrito Federal em 1948. (OSÓRIO, 2013)

Em 15 de Novembro de 1889, foi proclamada a República. O Governo Provisório de Marechal Deodoro da Fonseca, decretou o regime republicano e federativo, cujas províncias foram transformadas em estados da federação. A província do Rio de Janeiro passou a chamar-se estado do Rio de Janeiro e o então, Município Neutro, transformou-se em Distrito Federal, permanecendo como a capital do país.

O Rio de Janeiro como então Município Neutro era essencial para a transmutação em Distrito Federal. E foi o que aconteceu, uma vez que, para a República a capital manteve-se politicamente neutralizada. O prefeito era escolhido pelo presidente e então aprovado pelo Senado, não sendo o chefe do Poder Executivo. Foi a partir do governo de Rodrigues Alves que o Rio de Janeiro passou a “testar” a presença de um presidente. (LESSA, 2000)

Durante o século XX, houve uma progressiva perda de participação da economia do Rio de Janeiro que cedeu espaço para o Estado de São Paulo, passando a ocupar a segunda posição na economia brasileira. Osório (2013) observa que em 1919, o estado de São Paulo já liderava o processo de crescimento do país. A falta de uma política mais integrada para a região, conforme aponta Sobral (2009), apenas evidenciou a fragilidade no fim da era do Estado desenvolvimentista, e fez com que se instaurasse a crise metropolitana frente aos percalços da economia brasileira nas décadas anteriores.

O dia 21 de abril de 1960 marcaria uma nova trajetória para a cidade do Rio de Janeiro, já que foi nesta ocasião que houve a transferência da capital federal para Brasília. A partir daí foi feito um esforço maior por parte do governo do Rio de Janeiro para permitir a intensificação do processo de industrialização da Guanabara com o objetivo de retomar, por esse meio, a participação do estado no PIB nacional. Implantou-se também um conjunto de investimentos urbanísticos que incorporou novas áreas geográficas da cidade, até então de difícil acesso, tal como a baixada de Jacarepaguá. Segundo Nazareth (2007):

A década de 60 foi marcada por uma grande intervenção urbanística na cidade do Rio de Janeiro, considerando uma verdadeira “cirurgia urbana”. Grandes obras foram realizadas como o alargamento da praia de Copacabana, o elevado sobre a Avenida Paulo de Frontin e os túneis Rebouças, Dois Irmãos e do Joá, a primeira etapa da autoestrada Lagoa-Barra, o início da Construção da ponte Rio-Niterói, a via expressa do Aterro do Flamengo, para citar as mais conhecidas. A renovação da estrutura viária e urbanística da cidade contou também com obras de infraestrutura urbanísticas, destacando-se a Adutora de Guandu. (NAZARETH, 2007, p.128)

Segundo Osório (2013), a partir dos anos de 1960 o território carioca e fluminense sofreu um processo de erosão da sua importância e do seu dinamismo econômico-social. Ele considera, no entanto, que até os anos de 1970 o estado do Rio de Janeiro não se deu conta da grande inversão do processo de crescimento da economia brasileira, vivenciando o que ele, assim como Lessa (2000), entende por “pacto eterno com a prosperidade”. Contudo, a inversão do crescimento da economia brasileira, nos anos de 1980, também foi percebida, assim como o movimento de crise fiscal que se

instaurou atingindo principalmente o ERJ, devido ao peso que o gasto federal ainda tinha na região. Nas palavras de Osório (2013):

Por outro lado, o fato da transferência da capital se acelerar somente a partir da década de 1970, ao lado do dinamismo apresentado pela economia brasileira no período de 1968/1980, mascara a lógica que se inaugura com a mudança da capital, não se tendo a percepção de que, por exemplo, na década de 1970, o território que hoje abriga a cidade do Rio de Janeiro apresentava um crescimento industrial de apenas de 173%, contra um crescimento brasileiro em torno de 285%, em Minas Gerais, em torno de 342%”
 (OSÓRIO *et al*, 2013, p.193)

Na visão de Lessa (2000), esse marco de uma revolução político institucional que ocorreu no ano de 1960, segundo ele, é inconclusa. Nesse momento, o estado do Rio de Janeiro perde o *status* de abrigar o Distrito Federal ganhando apenas a posição de estado da Federação. A formação enquanto, cidade do Rio de Janeiro, subsistiu até 1975, quando ocorreu a fusão do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara, por decisão constitucional.

Os rumos e estratégias que a cidade do Rio de Janeiro deveria ter tomado após a transferência da capital federal para Brasília, ocorreram segundo Osório (2013) de maneira bastante pobre e com muita pouca sensibilização social a partir de 1960. Sem que houvesse uma atenção maior aos impactos que esta transferência traria para a cidade do Rio de Janeiro e nem dada a devida importância, uma vez que, a transferência da capital para Brasília já estava definida desde 1891 e foi lançada na campanha de Juscelino Kubitscheck. Acreditava-se nos pressupostos de que Brasília não se consolidaria como a capital, de forma que o setor de serviços se manteria na cidade do Rio de Janeiro e assim não haveria a necessidade de uma política específica de fomento. A citação de Osório (2013) a seguir reforça essa visão:

Assim, nos anos de 1960, tendo em visto uma conjunção de fatores, que inclui a história institucional dessa região, o lento processo de transferência da capital; a radicalização vigente na política nacional; e ainda, a efervescência cultural existente no período – com a emergência da bossa-nova, do cinema novo, CPC da

UNE etc -, fez-se da hegemonia a percepção de que o Rio continuaria a ser a Belacap e a capital de fato, o que levou, inclusive, os dois primeiros governos da Guanabara a realizar uma política de modernização urbana, com base no entendimento de que tal política, per se, garantiria a centralidade do desenvolvimento carioca.” (OSÓRIO, 2013, p. 197)

O estado da Guanabara surgiu como novo estado da Federação após a transferência do Distrito Federal para Brasília. Dentre os aspectos históricos que levaram a criação da RMRJ e valem ser analisados, começamos pelo governo de Carlos Lacerda, que foi o primeiro governador do então estado da Guanabara entre 1960 e 1965. Dentre seus objetivos estavam, fortalecer o incentivo ao turismo, a educação, além da criação de uma política industrial visando à transformação, do então, estado da Guanabara em um estado integrado. Para isso, sua política industrial incluía a oferta de infraestrutura e terrenos baratos, a modernização urbana e da máquina pública, além da criação de pólos industriais e da ampliação do crédito para o setor produtivo. Sendo motivado pelo contexto brasileiro do desenvolvimento capitalista e voltado para a produção industrial, além do envolvimento com o setor primário e terciário, a capacidade exportadora, e transferência de indústrias da cidade do Rio de Janeiro para o antigo ERJ buscando melhor infraestrutura dos terrenos. Porém, a falta de entrosamento entre Lacerda e o Governo Federal criou uma lacuna nesse plano de desenvolvimento industrial, impedindo a revitalização específica do Porto do Rio, uma das prioridades da sua gestão. Outro obstáculo para que a política industrial fosse bem sucedida foi à falta de compreensão na análise das potencialidades do Estado. (NAZARETH, 2007) Mesmo após a fusão, em 1975, e permanência de uma política de industrialização, ela não se deu sendo parte de um sistema virtuoso e integrado. Aliado a tudo isso, o contexto nacional onde a economia não teve um crescimento satisfatório impedindo a continuidade da política industrial. (LESSA, 2000)

Em 1965, Negrão Lima assume o governo do estado da Guanabara com o mesmo enfoque voltado para a indústria, a modernização urbana e a máquina pública que Carlos Lacerda. No entanto, dessa vez com o apoio do Governo Federal que lhe permitia a obtenção de recursos para os investimentos, sendo motivada pela inexistência de um setor agrícola no Rio de Janeiro e pela visão de que o setor de serviços teria o seu dinamismo associado à indústria. (LAGO, 2009)

Posteriormente, Chagas Freitas foi eleito para um mandato de 1971 à 1975 que teve em mente a expansão do estado da Guanabara para a zona oeste também com uma política de desenvolvimento industrial somada à necessidade da consolidação de um ERJ como objeto central de uma política econômica direcionada pelo Governo Militar que naquele momento queria criar um polo de desenvolvimento no Rio de Janeiro que competisse nacionalmente com o Estado de São Paulo e também, reforçar a proposta das Regiões Metropolitanas como o principal elemento dinâmico da federação. (LAGO, 2009)

1.2 – Criação e consolidação da RMRJ: 1975 a 2000

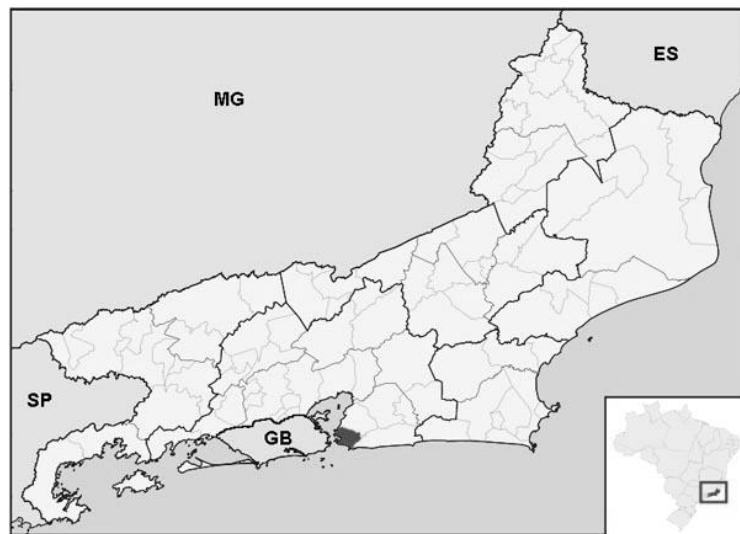
O II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) vigente no período determinou autoritariamente a fusão do estado do Rio com a Guanabara, mas também foi acompanhado de investimentos a fim de reestruturar as políticas industriais da região. Segundo Lessa (2000),

Para o Rio de Janeiro, o II PND reservou o papel de polo das novas indústrias e das atividades tecnológicas de ponta. Para tanto instalou a Nuclebrás, deu partida à biotecnologia, fortalecendo a Fundação Oswaldo Cruz, e iniciou a produção de computadores em Jacarepaguá com a instalação da Companhia Brasileira de Computadores (Cobra). Atividades tradicionais foram reforçadas: foi anunciada a ampliação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), com uma nova usina na região de Sepetiba, foi desenvolvida a pesquisa e exploração de petróleo na bacia de Campos, e, além disso, a Companhia do Vale do Rio Doce implantou a Valesul. Foi reservado para o Rio de Janeiro o papel de principal polo nacional de pesquisa científica e tecnológica e se diversificou e fortaleceu a estrutura de pesquisa da cidade. No bojo da reforma do ensino superior instalou-se na Universidade Federal do Rio de Janeiro o maior programa de pós-graduação em Engenharia da América do Sul. (LESSA, 2000, pp. 349-350)

Paralelamente à implementação das políticas de expansão do estado da Guanabara para a consolidação de um Estado de Rio de Janeiro, durante o governo de Chagas Freitas, somadas as políticas de desenvolvimento industrial, foi criada a Lei

Federal nº 14 de 1973, cujo objetivo era instituir as primeiras regiões metropolitanas no país. No entanto, inicialmente o ERJ não foi incluído nessa Lei justamente pelo fato de haver uma grande região, a então chamada “Grande Rio” que constituíam os dois estados da federação, o estado do Rio e o estado da Guanabara. Somente após a Lei Complementar nº20 de 1974, ou “Lei da Fusão”, o estado do Rio de Janeiro adquiriu a sua configuração atual que pode ser vista na Figura 1 e foi então constituída a RMRJ.

Figura 1 – Mapa do Estado do Rio e do estado da Guanabara (1960-1975)



Fonte: Wikipédia

Em 1975, através de eleições indiretas, Faria Lima que não tinha vínculo político nem com o estado da Guanabara nem com o estado do Rio, assume o governo, mantendo o seu projeto de fusão entre a cidade do Rio de Janeiro e o restante do estado. Com o apoio da FIEGA (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro) que apoiava a fusão principalmente porque o II PND defendia a elaboração dos complexos industriais, e do Governo Federal, o processo de fusão entre o estado da Guanabara e o resto do estado do Rio foi consolidado. (LAGO, 2009)

Três fatores estão na raiz da explicação da fusão entre o estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara. O primeiro seria o fator econômico, uma vez que o estado da Guanabara apresentava maior prosperidade visto que o estado do Rio de Janeiro tinha sido esvaziado. A Guanabara era, então, considerada mais rica, tinha maior poder de arrecadação além de possuir mais infraestrutura, gerando expectativa de que os

recursos seriam melhores distribuídos. O segundo fator seria de ordem política, uma vez que a Guanabara era considerada “reduto oposicionista” ao governo militar. Por fim, o terceiro fator seria tanto de ordem estratégica como de ordem militar, uma vez que haveria a existência de um “projeto nacional” cujo novo centro econômico dinâmico estaria situado em outro local que competisse com o predomínio paulista e fosse uma ação importante desse projeto, além de se construir um complexo industrial militar no novo estado. Consequentemente, a fusão do estado do Rio com o estado da Guanabara atrasou o processo político interno do estado do Rio de Janeiro, que passou a ser controlado pelo governo federal por meio de intervenções até a década de 80. (NAZARETH, 2007)

A RMRJ perdeu importantes unidades industriais no período de 1989 a 1997, viu desaparecer algumas atividades que foram transferidas para outras regiões, e teve o seu pólo comercial superado. A estrutura industrial fluminense acabou sendo marcada pela produção de bens intermediários devido a exploração do petróleo fora da região metropolitana, que responde por cerca de 80% da produção de petróleo do país. Porém, a “guarda” de alguns serviços do Rio de Janeiro ficou sob propriedade do Governo Federal que consequentemente lhe tirou a autonomia, enquanto estado da Federação. Cabendo à esfera estadual a responsabilidade pela gestão da infraestrutura. Desta forma, a cidade nunca mais reconquistou a centralidade nacional. (LESSA, 2000)

Nos anos 1980, quando foram restauradas a eleição direta e Leonel Brizola foi eleito governador do Rio, entrou em pauta a discussão quanto à “disfusão” do ERJ, cujos argumentos eram sobre a tentativa de solucionar os problemas econômicos e políticos locais, e porque também consideravam que a cidade tinha uma identidade política-cultural distinta do restante do Estado. Em 1992, surgiu um movimento para que o Rio voltasse a ser a capital Federal a fim de solucionar a crise enfrentada pela cidade e pelo país a partir da grande dependência que a cidade sempre teve do Governo Federal e que foi prejudicial durante o baixo crescimento do país na década de 1980, mas não foi levado a diante. (LAGO, 2009) Segundo Lessa (2000) isso se deve a que:

A população do Rio, sem uma retaguarda econômica especialmente definida, não desenvolveu a musculatura política típica em defesa da cidade, articulada pelos interesses regionais das demais regiões metropolitanas do país. (LESSA, 2000, p.358)

1.3 – Situação atual da RMRJ: 2000 a 2013

O ERJ nos anos 2000, especificamente após 2003, usufruiu de uma política de realinhamento entre o governo estadual, do então governador Sérgio Cabral, e o governo federal, com o então presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Realinhamento este que desde a transferência da capital federal para Brasília e posteriormente do Governo Militar tinha ficado descoordenada.

Com isso, se tornou perceptível que nos últimos anos a RMRJ vem sofrendo os impactos de uma série de investimentos, tanto públicos como privados, realizados principalmente na cidade do Rio de Janeiro. O principal motivador desses investimentos está no fato de a cidade sediar a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, além dos chamados eventos-testes que antecedem à realização dessas importantes competições. Diante disso, uma alteração da infraestrutura da cidade para a realização desses eventos, como as instalações esportivas, e a realização de obras de mobilidade urbana como o BRT e a Linha 4 do metrô, foram necessárias. Essas alterações, em especial, voltadas principalmente para atender à zona oeste da cidade, região cuja concentração de modalidades olímpicas é maior, além de abrigar a vila olímpica. Sem contar o setor comércio e de serviços da cidade que espera atrair turistas de diversas partes do mundo também vem investindo e se preparando para a realização desses eventos, por mais que essa parte dos investimentos seja em maioria de origem privada. Além dos investimentos do Porto Maravilha no centro do Rio de Janeiro voltados para atender tanto o setor de serviço como o de comércio da cidade, com investimentos na infraestrutura logística.

Contudo, não é só de investimentos em infraestrutura que a RMRJ vem se beneficiando. Existem também ganhos recorrentes da produção de petróleo no Norte do estado do Rio de Janeiro fazem com que a RMRJ também seja beneficiária de demandas desses investimentos. Ela pode fornecer parte de capacitação humana para a indústria extractiva e de transformação, devido à grande localização de universidades e centros de pesquisa na cidade. As políticas de conteúdo local para o petróleo podem estimular o fornecimento de bens e serviços localizados na RMRJ e as obras do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (COMPERJ) situado no município de Itaboraí com investimentos da Petrobrás está transformando parte da RMRJ. A uma ligação

rodoviária através do Arco Metropolitano, construído ao entorno da RMRJ e interligando os municípios de Itaboraí, Guapimirim, Magé, Duque de Caxias, Nova Iguaçu, Japeri, Seropédica e Itaguaí também traz benefícios evidentes para a região.

Quando a RMRJ foi criada, após a fusão do estado da Guanabara e do estado do Rio de Janeiro, em 1975, era inicialmente composta por 14 municípios, mas durante a década de 1990 sofreu algumas alterações em sua composição, conforme consta no Quadro 1.

**Quadro 1 - Mudanças na delimitação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro,
1974/2013**

Composição Original (1974)	Municípios Emancipados	Municípios Excluídos	Municípios Incluídos	Composição atual (2013)
Duque de Caxias				Duque de Caxias
Itaboraí	Tanguá (1997)			Itaboraí
				Tanguá
Itaguaí	Seropédica (1997)	Itaguaí (2002)	Itaguaí (2009)	Itaguaí
				Seropédica
Magé	Guapimirim (1993)			Magé
				Guapimirim
Mangaratiba		Mangaratiba (2002)		
Maricá		Maricá (2002)	Maricá (2009)	Maricá
Nilópolis				Nilópolis
Niterói				Niterói
Nova Iguaçu	Belford Roxo (1993)			Nova Iguaçu
				Belford Roxo
	Japeri (1993)			Japeri
	Queimados (1993)			Queimados
	Mesquita (2001)			Mesquita
Paracambi				Paracambi
Petrópolis		Petrópolis (1993)		
Rio de Janeiro				Rio de Janeiro
São Gonçalo				São Gonçalo
São João de Meriti				São João de Meriti
			Rio Bonito (2013)	Rio Bonito (2013)
			Cachoeira de Macacu (2013)	Cachoeira de Macacu (2013)

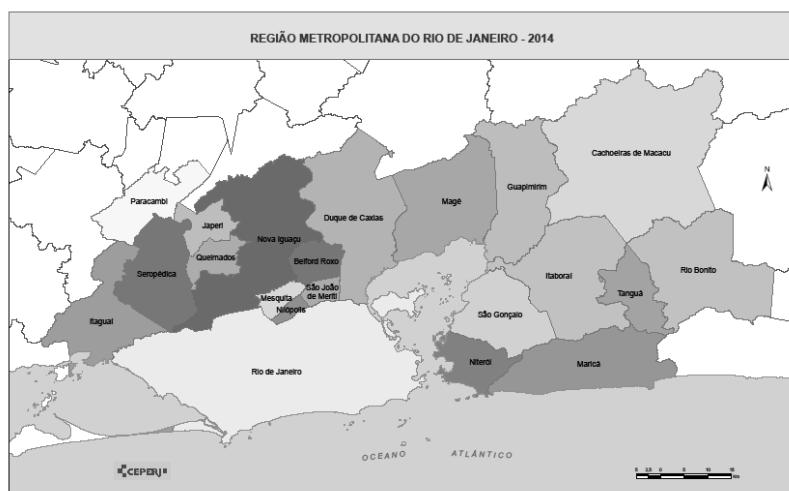
Fonte: Atualizado de SOBRAL, 2013

As principais alterações estão resumidas a seguir. O município de Petrópolis deixou de integrar a RMRJ para fazer parte da Região serrana do Rio de Janeiro em

1993. Considerando também que houve emancipações dos distritos de Guapimirim (1993), Belford Roxo (1993), Queimados (1993), Japeri (1993), Tanguá (1997), Seropédica (1997) e Mesquita (2001), ampliando os municípios da RMRJ. Além disso, em 2002 houve a exclusão dos municípios de Mangaratiba e Maricá e Itaguaí, que retornaria a compor a RMRJ em 2009. E por fim, no que consiste a sua atual composição a partir de 2013, os municípios de Rio Bonito e Cachoeiras de Macacu pertenciam à Região das Baixadas Litorâneas foram recentemente incorporados à RMRJ de acordo com a Lei Complementar nº 158, de 26 de dezembro de 2013.

A RMRJ no que consiste a sua atual composição, no decorrer dos anos, desde a sua constituição territorial, política e econômica, segundo dados do IBGE, ocupa uma área territorial de 7.062 Km² com cerca de 12.890.607 habitantes. E composta por 21 municípios do ERJ. Sendo eles: Belford Roxo, Cachoeiras de Macacu, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Japeri, Magé, Maricá Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Rio de Janeiro, Seropédica, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá. Segundo a Lei Complementar nº 158, de 26 de dezembro de 2013, é a segunda maior área metropolitana do Brasil, terceira da América do Sul e a 20^a maior do mundo, de acordo com o Censo 2010 do IBGE. A Figura 2 apresenta a sua configuração atual.

Figura 2 - Mapa da atual composição da RMRJ, 2014



CAPÍTULO 2 – ANÁLISE ECONÔMICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E SUA REGIÃO METROPOLITANA

A RMRJ vem sofrendo ao longo dos anos com a perda de dinamismo econômico frente a outras regiões do ERJ além de outros estados do país. Esta perda de dinamismo é também reflexo da diminuição de importância da região ao longo dos anos, desde quando a capital federal se transferiu para Brasília, como visto no Capítulo 1. Neste capítulo apresenta-se uma análise do panorama industrial do ERJ nos anos mais recentes a fim de identificar as razões econômicas para essa perda de dinamismo.

A perda de dinamismo econômico vem sendo resultado de uma descentralização industrial que aconteceu no ERJ e principalmente na RMRJ, agravada partir dos anos 1990. No entanto, esse movimento de descentralização industrial não foi exclusividade do ERJ, mas foi reflexo também do que aconteceu em outras regiões do país.

Analisa-se a importância da indústria para o estado como um todo, assim como em que regiões nas quais ela está situada através dos PIBs a nível municipal e por regiões do estado e do seu Valor Adicionado Bruto (VAB) por setores de atividades industriais e outras atividades. Finalmente, são apresentados os pólos e atividades de maior concentração dentro da RMRJ nos anos mais recentes.

2.1 – Análise da relevância da cidade do Rio de Janeiro e sua região metropolitana para a economia local.

A cidade do Rio de Janeiro também teve importância histórica por abrigar não só a sede do governo federal, mas também o centro financeiro nacional e sedes de empresas públicas e privadas atuantes em território brasileiro e mesmo latino americano. Mantendo-se assim com o maior PIB do país e maior parque industrial até o início do século XX, como visto no Capítulo 1.

A cidade do Rio de Janeiro sempre foi beneficiada por ter a presença do Estado e consequentemente dos gastos públicos, sendo a praça financeira em função das ações burocráticas do Governo, fato que se estendeu desde o Império até a política dos Governadores, na República Velha, que a partir de então tinham como objetivos privilegiar a elite paulista. De modo que a cidade do Rio de Janeiro também foi

fundamental para o desenvolvimento do interior fluminense, mas sem o surgimento de uma burguesia interiorana, uma vez que, a cafeicultura repassava grande parte dos ganhos para a burguesia carioca. Segundo Sobral (2013):

A cidade do Rio de Janeiro se tornou grande aglutinadora de atividades e capitais, com maior relação junto à evolução do conjunto nacional do que com o grau de desenvolvimento e integração regional. Esse relativo conteúdo de independência referente à realidade de seu entorno imediato gerou um processo desigual de ocupação. Esse fato se agravou com a separação institucional entre a cidade do Rio de Janeiro e o seu interior em 1834, o que delimitou o raio de alcance do gasto público e do aparato institucional à revelia da necessidade de estruturação da hinterlândia. (SOBRAL, 2013, p.152)

Ainda no período Imperial, o aumento do consumo de açúcar no exterior foi capaz de impulsionar a produção açucareira fluminense, principalmente no município de Campos dos Goytacazes. A abolição da escravatura pela Princesa Isabel, em 1888, também afetou de maneira significativa a produção tanto de açúcar como de café no Rio de Janeiro. Com impactos mais fortes em Campos, Valença, Cantagalo e Vassouras, levando a produção de café a migrar para a região do oeste paulista e a região da mata mineira, marcando uma perda no dinamismo econômico agrícola da economia fluminense, na época. Esse declínio foi reforçado com a expansão da indústria paulista. Apesar desses fatos, a cidade do Rio de Janeiro ainda se mantinha no patamar de cidade mais rica do país. Sendo dona do principal parque manufatureiro e do mercado que era dotado de uma malha ferroviária exportadora de café e de açúcar tanto do interior do Rio de Janeiro como de Minas Gerais. (NAZARETH, 2007)

Associado as transformações políticas, com a Proclamação da República e transformação do município neutro em Distrito Federal, dá-se início também ao que Nazareth (2007) discute como sendo “a trajetória industrial no século XX”. Este século foi marcado inicialmente pelas lavouras tradicionais de café e açúcar que já estavam em decadência durante o período que se conhece por República Velha. Tendo início os núcleos artesanais e manufatureiros voltados para o consumo local, além do desenvolvimento de atividades extrativas, tal como as de pesca em Cabo Frio, a

salineira em Araruama, além da exploração de florestas para o fornecimento de lenha e carvão. A produção de café encontrava-se em Itaperuna, Muriaé e Itabapoana. Áreas cafeiculturas em Cantagalo, Vassouras e Valença foram substituídas pela pecuária. E outros cultivos também se desenvolveram em maior escala, inclusive para o mercado externo, como laranja e banana, na Baixada Fluminense. A indústria de laticínios também alcançou certo desenvolvimento mesmo com seu baixo teor tecnológico.

Segundo Sobral (2013), em 1907, quase 30% do volume de produção da indústria de transformação nacional eram provenientes da cidade do Rio de Janeiro. Incluindo o interior do estado esse valor chegava a 37,6%. No período entre 1907 e 1919, a estrutura industrial da cidade do Rio de Janeiro estava concentrada em setores como o têxtil, vestuário, alimentício, bebidas e fumo, que somados eram cerca de 76%, em 1919.

Em 1901, como aponta Lessa (2000), a Companhia Docas do Rio de Janeiro iniciou a construção de um moderno porto que ia desde a ponta do Arsenal, próximo a localização da Marinha, até a Rua São Cristóvão. Constituindo 3.500 m no cais da Gamboa, possuindo 90 guindastes móveis, 18 armazéns internos e 96 externos. Por onde passavam cerca de 40% da receita federal e posteriormente estendeu-se para a construção dos cais de São Cristóvão e Caju, se tornando o 15º porto mundial em movimentação da época. Obras estas, que incluíam as desapropriações, que consumiram 70% dos gastos totais da reforma urbana.

Durante a década de 1920 em diante, a economia fluminense se acomodou como uma estrutura predominante periférica, uma vez que houve uma reversão considerável na polarização da economia nacional voltada para estado de São Paulo. (SOBRAL, 2009)

Entre 1920 e 1960, no que pode ser chamado de “décadas douradas”, o Rio de Janeiro foi urbanizado. Houve a criação do Teatro Municipal, do Museu Nacional de Belas Artes e da Agência Central do Banco do Brasil, atualmente Centro Cultural do Banco do Brasil (CCBB). No entanto, o Rio de Janeiro acabou ficando em segundo plano em relação a São Paulo, no que diz respeito à produção industrial. A cidade era pólo atrativo de indústrias têxteis que buscavam regiões com matéria-prima abundante e possuía pequenos e médios estabelecimentos industriais na região de São Cristóvão. Era

na construção civil onde se tinha um gargalo maior para a atração de imigrantes rurais. (LESSA, 2000)

O desenvolvimento da indústria de transformação teve seu investimento reduzido durante a Primeira Guerra aliado a crise na produção cafeeira que levou a um desaquecimento da indústria carioca frente à indústria paulista. Acabando como consequência da perda de dinamismo comercial do porto do Rio. Segundo Sobral (2013),

Naquele momento [aos fins do século XIX], detendo a mais importante centralidade econômica e política do país, mostrou-se incapaz de desencadear dinamicamente e liderar os processos de industrialização e integração nacional (o que ocorrerá pelo desdobramento do complexo produtivo paulista). (SOBRAL, 2013, p. 149)

Esse panorama se estabelece até a chegada de Getúlio Vargas ao poder, colocando fim ao período da República Velha. Foi um marco econômico e político, nos anos 30, tanto a nível nacional quanto para o ERJ, que viu algumas de suas chefias de estado ser alteradas. Não apenas isso levou o ERJ a sofrer mudanças, mas também o fato de ter sido um período de intensa industrialização no Brasil, impulsionada pelo processo de substituição de importações, dentro de um modelo de desenvolvimento que beneficiou o município do Rio de Janeiro, ainda como Distrito Federal. Segundo Nazareth (2007)

A grande concentração dos investimentos na cidade e seu entorno impulsionou a expansão metropolitana com expressivo adensamento populacional nas cercanias da Baía de Guanabara, o que estimulou a geração de empregos, caracterizando um círculo virtuoso. A diversificação das atividades econômicas que acompanhou essa expansão possibilitou que o Rio de Janeiro se destacasse como uma região muito rica, responsável por cerca de 20% do PIB nacional em 1939. No mesmo ano, a produção industrial no eixo Rio/São Paulo representava 67% da produção industrial do país, sendo o Rio ainda responsável por 22%. (NAZARETH, 2007, p. 126)

No entanto, o Estado acabava por liderar a acumulação no Rio de Janeiro, quando levou a economia fluminense à dependência de transferências governamentais, concentradas no setor de serviços e sem uma liderança ou instituição com perspectiva regional significativa. (SOBRAL, 2009)

A então representação patronal do estado da Guanabara defendia a hipótese de que naquela região estaria ocorrendo um derramamento do processo de industrialização do seu núcleo central para a periferia. Assim como na cidade de São Paulo e em outras metrópoles mundiais, sendo importante para a nascente cidade-estado da Guanabara no sentido de organização de uma política de oferta de terrenos e de infraestrutura, que retivesse a indústria instalada dentro do território carioca. (OSÓRIO *et al* , 2013) De modo semelhante, Sobral (2013) aponta o aparecimento de fronteiras de acumulação no interior do estado que ganharam destaque a médio prazo.

Sobral (2009) apontou alguns aspectos principais que caracterizam o que se tornou a cidade do Rio de Janeiro no que diz respeito à sua industrialização. Inicialmente a cidade tinha uma grande dependência de insumos e alimentos com origem em outros estados. Além disso, também enfatiza a divisão interna territorial do trabalho, considerando-a frouxa e incapaz de criar maiores encadeamentos produtivos. De fato, considera a capacidade do estado do Rio de Janeiro em captar setores de ponta industrial, como por exemplo, setores de Bens de Consumo durável e Bens de Capitais tecnologicamente modernos, muito baixa. Somado a isso, o autor coloca em discussão o que chama de “fraco poder de extroversão”, ou seja, sendo sensível a concorrência direta de qualquer economia regional. Além de, considerar irregular a contribuição do estado ao comércio externo brasileiro, uma vez que sua pauta exportadora é de produtos predominantemente de baixo valor agregado e pouca sofisticação industrial. E, finalmente, a importância que é dada aos interesses mercantis em diversos aspectos da realidade urbana.

Nos anos entre 1940 e 1960 houve um período de crescimento econômico e desenvolvimento de outros setores da economia fluminense, provenientes da ideia de Estado Desenvolvimentista. Sendo os casos da indústria de minerais não metálicos nas regiões de Cordeiro e Cantagalo, e o setor químico farmacêutico com a inauguração da Refinaria de Manguinhos, na cidade do Rio de Janeiro em 1957, e da Refinaria de

Duque de Caxias (REDUC) da Petrobras, na Cidade de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense, em 1961. Além da instalação de grandes laboratórios farmacêuticos na cidade. Pouco antes, em 1941, a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) iniciou as suas atividades na cidade de Volta Redonda, região estrategicamente localizada entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, que eram os dois maiores centros de consumo e distribuição de produtos de siderurgia. Em 1942, a Fábrica Nacional de Motores (FNM) foi instalada em Duque de Caxias. A Companhia Nacional de Álcalis, produtora de barrilha e sal, foi instalada, em 1943, no município de Arraial do Cabo. (NAZARETH, 2007)

Durante os anos de 1950, o território ao qual representa atualmente a região fluminense apresentava um crescimento médio percentual de 6,6% ao ano, frente aos 6,7% ao ano, da região sudeste e 7,1% ao ano, do total do país. (OSÓRIO, 2013) E o que de certa forma não fez com que a cidade sentisse as “ameaças” de Juscelino Kubistchek em transferir a capital para Brasília. (LESSA, 2000)

Desde o período de Juscelino Kubistchek, o estado de São Paulo já era considerado mais desenvolvido que o estado do Rio de Janeiro, principalmente no que condiz aos setores metal-mecânico e eletrônico. A transferência da capital federal para Brasília fez com que a metrópole do Rio de Janeiro se isolasse como um espaço próspero próximo a uma região esvaziada, mas sem deixar de ser um “gueto burocrático”. A instalação de indústrias no período surgiu de políticas cariocas preocupadas com o desenvolvimento industrial metropolitano. A proposta para a Guanabara também foi de industrialização. De modo que, houve a criação da COPEG (Companhia de Progresso da Guanabara), inspirada no BNDE, além de políticas que buscavam por terrenos amplos e baratos nas redondezas de São Cristóvão, Av. Brasil e da Baixada Fluminense. Porém, essas indústrias não foram do porte de complexidade tais como as indústrias paulistas, até por não haverem condições de ser. Contudo, o dinamismo da economia brasileira como um todo nos anos de 1970 acabaram por disfarçar os problemas estruturais do estado do Rio de Janeiro. Assim como o circuito imobiliário e urbano, decorrente do “milagre econômico” ocultaram a perda de potencial devido à transferência da capital e a diferença estrutural entre o Rio de Janeiro e São Paulo. (LESSA, 2000)

Um conjunto de indicadores, através das contas regionais do Brasil divulgados pelo IBGE aponta que entre 1970 e 2010, o PIB atual do Rio de Janeiro passou de uma participação de 16,7% para 10,8%, sendo a maior perda dentre as unidades da federação. Assim como entre 1985 e 2011, houve o menor crescimento de empregos dentre todos os estados brasileiros (OSÓRIO *et al.*, 2013)

2.2 - O Processo de descentralização industrial em termos nacionais e os impactos desses movimentos no ERJ

A partir da década de 1990, devido à abertura econômica, houve a necessidade de modernização da indústria brasileira, para aumentar o poder de competição das indústrias nacionais. O que incluiu mudanças tanto na estrutura organizacional das firmas como em alterações em suas plantas tecnológicas. Neste período também foi possível perceber um processo de descentralização industrial no Brasil. Alguns aspectos tentam explicar esse movimento de descentralização que se perpetuam em torno da questão da guerra fiscal entre várias unidades da federação, a diferença salarial entre algumas regiões, onde regiões menos desenvolvidas congregam salários inferiores, a proximidade de fontes de matérias-primas ou o nível de estrutura local mais alto e vantajoso para os investimentos da indústria. Além disso, vale ressaltar que as mudanças implantadas para modernizar a indústria brasileira tiveram consequências mais visíveis sobre um fator econômico, o nível de emprego, que acabou por diminuir em função do desenvolvimento tecnológico. (SABÓIA, 2001)

A região mais afetada com a diminuição do nível de emprego foi a Região Sudeste, logo a região tida até então como a mais desenvolvida do país. Contrariamente, a Região Centro-Oeste foi a mais beneficiada com relação ao nível de emprego, pois viram seus postos de trabalho, aumentarem. De 1989 a 1998, houve uma redução do emprego industrial no Brasil em 27,1%. A redução do nível de emprego na Região Sudeste foi de 35,3%, enquanto que na Região Centro-Oeste, em 1989, havia 118 empregos, passando para 179 mil, em 1998. (SABÓIA, 2001)

No que consiste ao ERJ, a análise não ganha contornos muito diferentes do cenário nacional. Segundo Sobral (2013), a economia do Rio de Janeiro sofreu e vem sofrendo nos últimos anos de um processo de desconcentração para fora do seu território, muito em função dessa economia nunca ter se organizado em um processo de

desenvolvimento regional e urbano. Apesar de ser um importante território de atividades produtivas estratégicas tanto para a metrópole carioca como para o país. Inicialmente, esse processo se acentuou em função do desenvolvimento regional de algumas economias, desarticulando o mercado interno, por volta dos anos de 1930, tal como ocorreu com a ascensão da economia paulista. Posteriormente, houve o que ele chama de aceleração da integração do mercado interno comandada pelo estado de São Paulo para o processo de acumulação de capitais do país.

A corrida de investimentos em direção ao Norte Fluminense devido à produção ligada à extração mineral do petróleo e gás, nos anos mais recentes, explica essa gama maior de investimentos nesses setores da atividade econômica e em outras regiões do ERJ. É possível observar através dos dados da Tabela 1, que apresenta o índice de participação dos Municípios na Distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICMS), de acordo com as regiões do Governo e municípios do ERJ, que, entre 2006 e 2012 houve uma alteração na composição do índice de participação do ICMS. A RMRJ em 2006, tinha um índice equivalente à 58,260 e no ano de 2012 caiu 51,937. Enquanto a região do Norte Fluminense, em 2006, tinha o índice de 9,493 passando para 13,036 em 2012, alavancados exclusivamente pelos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé, em função das atividades de extração mineral e demais atividades ligadas a ela e provenientes das bacias de petróleo. Em 2006, o município de Campos dos Goytacazes detinha o índice de 3,310 enquanto o município de Macaé atingia a marca de 3,184, passando em 2012, respectivamente, a atingir 4,255 e 5,087. A região do Médio Paraíba também nos últimos anos conseguiu aumentar a sua participação no índice de distribuição do ICMS, passando de 10,426, em 2006 para 11,214, em 2012, com destaque para o município de Volta Redonda, que manteve um índice estável durante todo o período analisado com destaque para atividades siderúrgicas. O município de Porto Real, que nos anos mais recentes viu aumentar a sua participação no índice de distribuição do ICMS em função dos investimentos da indústria automobilística, é o principal responsável por este aumento na região do Médio Paraíba.

**Tabela 1 - Índice de participação dos municípios na distribuição do Imposto sobre Circulação de Mercadorias - ICMS, segundo as Regiões de Governo e municípios
ERJ - 2006-2012**

Regiões de Governo e municípios	Índice de Participação dos Municípios						
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total	100	100	100	100	100	100	100
Região Metropolitana	58,26	56,904	55,95	54,749	52,024	50,741	51,937
Rio de Janeiro	34,216	32,593	31,599	30,943	28,791	27,831	28,502
Duque de Caxias	8,552	8,647	9,569	9,853	9,321	8,83	8,566
Niterói	2,681	2,857	2,508	2,47	2,387	2,314	2,555
São Gonçalo	2,095	2,05	2,065	2,074	2,08	2,18	2,28
Nova Iguaçu	1,947	1,945	1,976	1,962	1,935	1,996	1,925
Região Norte Fluminense	9,493	10,235	11,329	11,802	12,762	13,281	13,036
Campos dos Goytacazes	3,31	3,494	3,82	3,822	4,091	4,239	4,255
Macaé	3,184	3,643	4,213	4,618	5,097	5,334	5,087
Região do Médio Paraíba	10,426	10,347	10,101	10,639	11,71	11,69	11,214
Porto Real	1,144	1,292	1,335	1,34	1,949	2,362	2,178
Resende	1,502	1,406	1,435	1,457	1,603	1,728	1,83
Volta Redonda	3,504	3,596	3,282	3,848	4,238	3,782	3,133

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPERJ com base em Secretaria do Estado da Fazenda - SEFAZ

No que diz respeito ao emprego formal é possível observar que o ERJ como um todo obteve um aumento expressivo nos número de postos de trabalho formal, entre os anos de 2007 e 2012 tanto na RMRJ como em outras regiões muito em função dos investimentos provenientes do cenário de crescimento nacional. (ver Tabela 2) Vale citar também como fato relevante, a gama de investimentos recebidos principalmente na cidade do Rio de Janeiro, para sediar grandes eventos internacionais como a Copa do Mundo em 2014 e os Jogos Olímpicos em 2016, levando-se em conta que a maior parte desses investimentos estaria vinculada aos setores de serviços, comércio e construção civil. Porém, outras regiões do estado também aumentaram significativamente os seus postos de trabalho formais, seguindo o movimento de desconcentração industrial pelo qual algumas regiões do estado vêm se beneficiando. As regiões de destaque no aumento do número de empregos formais entre 2007 e 2012 se encontram, por exemplo, na região Serrana, em função da indústria têxtil e demais atividades ligadas a ela. Assim como a região do Norte Fluminense em função das atividades relacionadas à extração de petróleo e gás natural. E por fim, a região do Médio Paraíba, que se destaca devido às

atividades que concentram na região um pólo metal-mecânico, tanto no que diz respeito a siderurgia como a indústria automobilística.

A Tabela 2 mostra, que ao longo de todo período observado a RMRJ dominou a participação de empregos formais do estado, sofrendo um pequena queda na participação de 2007 à 2012, variando de 78,35% para 77,96%, nada muito expressivo. No entanto, no que diz respeito à região do Norte Fluminense, é possível perceber que ao longo da série analisada a participação do emprego nessa região para o ERJ se manteve razoavelmente constante em torno de 6%, com destaque para o município de Macaé que conseguiu aumentar o seu percentual passando de 2,53% em 2006 para 3,18% em 2012. Com relação a região Serrana e o Médio do Paraíba, ambas também se mantiveram relativamente estáveis, quanto a sua participação na formação de empregos formais no período.

Tabela 2 - Número de empregos formais, segundo as Regiões de Governo e municípios do Estado do Rio de Janeiro - 2007-2012

Regiões de Governo e municípios	Empregos formais					
	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Estado	3.665.846	3.712.383	3.851.259	4.080.082	4.349.052	4.461.706
Região Metropolitana	2.872.317	2.902.601	3.018.484	3.183.474	3.376.147	3.478.365
Rio de Janeiro	2.174.568	2.161.698	2.231.333	2.348.611	2.497.662	2.572.044
Niterói	154.364	171.772	174.681	181.029	184.758	188.861
Duque de Caxias	136.768	147.908	159.488	173.958	180.873	172.989
São Gonçalo	91.113	95.373	97.363	101.144	112.087	111.881
Nova Iguaçu	84.169	83.736	86.721	93.779	98.111	100.771
Região Norte Fluminense	211.573	211.390	204.637	227.140	250.805	259.954
Campos dos Goytacazes	99.242	88.230	76.875	87.380	92.110	93.541
Macaé	92.929	103.159	106.347	115.775	132.709	141.734
Região Serrana	157.580	163.518	172.950	180.780	185.865	185.480
Região do Médio Paraíba	168.268	178.336	184.367	196.160	209.980	216.839
Participação Percentual dos empregos formais no ERJ (%)						
Estado	100	100	100	100	100	100
Região Metropolitana	78,35	78,19	78,38	78,02	77,63	77,96
Rio de Janeiro	59,32	58,23	57,94	57,56	57,43	57,65
Niterói	4,21	4,63	4,54	4,44	4,25	4,23
Duque de Caxias	3,73	3,98	4,14	4,26	4,16	3,88
São Gonçalo	2,49	2,57	2,53	2,48	2,58	2,51
Nova Iguaçu	2,30	2,26	2,25	2,30	2,26	2,26
Região Norte Fluminense	5,77	5,69	5,31	5,57	5,77	5,83
Campos dos Goytacazes	2,71	2,38	2,00	2,14	2,12	2,10
Macaé	2,53	2,78	2,76	2,84	3,05	3,18
Região Serrana	4,30	4,40	4,49	4,43	4,27	4,16
Região do Médio Paraíba	4,59	4,80	4,79	4,81	4,83	4,86

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPERJ com base na RAIS.

Ao ampliarmos a análise para a relação dos empregos formais no total da população nos municípios que compõe as Regiões Metropolitanas das capitais do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte e levando-se em consideração também às regiões à margem dessas Regiões Metropolitanas. A Região Sudeste e o Brasil,

conforme apresentado no Quadro 2, no ano de 2013, podemos ter uma dimensão da situação mais recente no que diz respeito a geração de empregos formais das Regiões Metropolitanas. O Fórum da Baixada possui a mais baixa relação entre empregos formais e sua população (16,15). Os municípios que estão acima desta média são Itaguaí (30,82), Duque de Caxias (19,79) e Seropédica (17,43). Pode-se observar que em 2013, as RMBH e RMSP tem uma relação percentual entre o número de postos de trabalho formais e a sua população de respectivamente, 38,56 e 36,99 pontos percentuais, maiores, inclusive que a relação da região Sudeste que é de 29,15 pontos percentuais. Enquanto a RMRJ apresenta uma relação de 29,10 pontos percentuais, levemente superior a marca de 28,02 pontos percentuais correspondente a todo o ERJ. Até mesmo no que consiste às regiões periféricas às Regiões Metropolitanas das três capitais, pode se observar que o Rio de Janeiro teve uma relação percentual entre o número de empregos formais e sua população inferior ao dos outros dois estados, atingindo a marca de 16,15 pontos percentuais, quanto às regiões periféricas de Belo Horizonte e São Paulo atingiram, respectivamente, 22,81 e 27,22 pontos percentuais.

Quadro 2 - Relação (%) dos empregos formais com a população nos municípios que compõem o Fórum da Baixada, Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, Estado do Rio, Sudeste e Brasil, em 2013

Unidade Territorial	Empregos Formais	População	Relação (%)
Belford Roxo	34.982	447.583	7,82
Duque de Caxias	172.988	873.921	19,79
Guapimirim	5.924	54.706	10,83
Itaguaí	35.609	115.542	30,82
Japeri	6.643	98.393	6,75
Magé	20.777	232.419	8,94
Mesquita	16.668	170.185	9,79
Nilópolis	19.817	158.288	12,52
Nova Iguaçu	103.366	804.815	12,84
Paracambi	5.057	48.705	10,38
Queimados	22.271	141.753	15,71
São João de Meriti	58.460	460.799	12,69
Seropédica	14.162	81.260	17,43
Fórum da Baixada	516.724	3.774.001	13,69
Periferia RMRJ	928.144	5.747.309	16,15
Periferia RMBH	610.760	2.677.052	22,81
Periferia RMSP	2.436.698	8.953.241	27,22
RMRJ	3.543.081	12.177.231	29,10
RMBH	1.988.442	5.156.227	38,56
RMSP	7.684.602	20.775.117	36,99
Estado do Rio de Janeiro	4.586.790	16.369.178	28,02
Sudeste	24.623.001	84.465.579	29,15
Brasil	48.948.433	201.032.714	24,35

Fonte: Fórum da Baixada com base em RAIS e IBGE.

Segundo Hasenklever *et al.* (2012), a partir de 1996 o Brasil demonstrou ter tido um crescimento próspero, uma vez que novos investimentos lideraram as perspectivas de crescimento do país, concentrados nos setores industriais e de infraestrutura despertando possibilidades distintas nos diferentes estados da federação. No caso específico do ERJ, o destaque se deu nas indústrias petrolífera, siderúrgica, petroquímica, de energia e naval.

Associado a esse movimento nacional, o contexto interno de preparação para sediar os Jogos Olímpicos na cidade do Rio de Janeiro, fizeram dos investimentos em infraestrutura impulsionados por transporte público portos, infraestrutura urbana e

rodovias um grande motivador desses investimentos. Já os investimentos voltados para a indústria produtora de bens intermediários, infraestrutura representam uma linha de investimentos voltados para a indústria do conhecimento, marcado por investimentos em centros de pesquisa e a expansão do Centro de Pesquisa da Petrobras e do Parque Tecnológico da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ – ambos localizados na cidade do Rio de Janeiro. (HASENCLEVER *et al.*, 2012)

Hasenclever *et al.* (2012) apresenta a existência três movimentos de transformações estruturais vivenciados pela economia brasileira e que são caracterizados por três forças independentes e mostram que, por sua vez, cada uma dessas forças possuem desafios e problemas a serem enfrentados.

O primeiro deles se dá pelo movimento duplo de desconcentração industrial das metrópoles para o interior e ao mesmo tempo do crescimento da importância das regiões metropolitanas atração de novos investimentos a partir do conceito de economia do conhecimento. Movimento este que no Rio de Janeiro se deu devido o crescimento da indústria do petróleo e do gás, por um lado, e, por outro o efeito da dinamização de indústrias metalúrgicas, petroquímicas e naval na metrópole e em seu entorno resultando no mesmo movimento de desconcentração relativa. No entanto, há também uma grande heterogeneidade de novos investimentos e nem sempre as economias locais, estão preparadas logisticamente para recebê-los. As pequenas empresas não dispõem de capacidade industrial e tecnológica para participar em complementaridade a eles, o que ocorre diferentemente do estado de São Paulo, que tem uma infraestrutura mais bem preparada para receber esse tipo de investimento.

O segundo movimento se dá devido ao crescimento de um setor emergente além da dinâmica de serviços produtivos, tal como aqueles de apoio direto a produção (serviços financeiros, jurídicos, de informática, de pesquisa, de engenharia, de consultoria, de propaganda e marketing, de seguro ou auditoria) devido às novas formas de organização da produção trazidas pelo paradigma da microeletrônica e pelas tecnologias de informação e comunicação. Essas mudanças tecnológicas e organizacionais, viabilizadas pelos avanços nos paradigmas da microeletrônica e informática, levam ao surgimento de um setor de serviços dinâmicos, e, no Brasil, foram aceleradas pela abertura econômica. No entanto, no caso do Rio de Janeiro, com

a mudança da capital para Brasília, atrasou-se a definição de uma nova estratégia para a retomada do crescimento da metrópole, perdendo espaço nesse sentido.

E finalmente o terceiro movimento se mostra através da vantagem natural das metrópoles como sendo um espaço de diversificação das atividades produtivas, isso quer dizer, são lugares onde se criam outras atividades com base em atividades que já existiam previamente, de modo que as metrópoles são promotoras da diversificação produtiva. Entretanto, o Rio de Janeiro por ter permanecido por um longo tempo sem um ambiente que valorizasse o seu capital intelectual, representado pelo grande número de Universidades e Centros de Pesquisa localizados na cidade, acabou não tendo a possibilidade de aproveitar essa vantagem.

Quando a análise do nível de emprego, se limita apenas aos empregos industriais tal como apresenta o Quadro 3, podemos observar que a RMRJ é a que apresentou em 2013 a menor relação entre o número de empregos industriais e a população residente na região, 2,70 pontos percentuais. A menor relação se comparada a RMBH (5,15%) e RMSP (5,69%).

Quadro 3 - Relação (%) dos empregos industriais* no total da população nos municípios que compõem o Fórum da Baixada, Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, Estado do Rio, Sudeste e Brasil, em 2013

Unidade Territorial	Empregos Industriais	População	Relação (%)
Belford Roxo	2.618	447.583	0,58
Duque de Caxias	35.129	873.921	4,02
Guapimirim	732	54.706	1,34
Itaguaí	4.426	115.542	3,83
Japeri	967	98.393	0,98
Magé	2.114	232.419	0,91
Mesquita	1.483	170.185	0,87
Nilópolis	1.346	158.288	0,85
Nova Iguaçu	13.425	804.815	1,67
Paracambi	1.190	48.705	2,44
Queimados	3.296	141.753	2,33
São João de Meriti	5.287	460.799	1,15
Seropédica	1.808	81.260	2,22
Fórum da Baixada	73.821	3.774.001	1,96
Periferia RMRJ	117.682	5.747.309	2,05
Periferia RMBH	189.090	2.677.052	7,06
Periferia RMSP	638.816	8.953.241	7,14
RMRJ	329.361	12.177.231	2,7
RMBH	265.542	5.156.227	5,15
RMSP	1.181.294	20.775.117	5,69
Estado do Rio de Janeiro	520.955	16.369.178	3,18
Sudeste	4.421.658	84.465.579	5,23
Brasil	8.554.122	201.032.714	4,26

Fonte: Fórum da Baixada com base em RAIS e IBGE.

*Os empregos industriais incluem as atividades ligadas à indústria de transformação e extrativa mineral

2.3 - Análise comparativa do PIB do ERJ, da RMRJ e das demais regiões do Estado.

O ERJ e principalmente a sua região metropolitana vem nos últimos anos tentando se reestruturar em função da perda de capital proveniente de uma série de acontecimentos, dentre eles a transferência da capital federal para Brasília em 1960 e a crise econômica que atingiu o país nos anos de 1980. De modo que a metrópole do Rio de Janeiro deixou de ser especializada em serviços para a administração pública, tal

como era quando foi sede do governo federal, e centro logístico de comércio atacado. Além disso, os novos investimentos realizados tanto na metrópole, com relação à formação de uma indústria do conhecimento, como no interior voltados para a exploração dos recursos naturais e produção de bens intermediários, transformou a configuração econômica do estado. (HASENCLEVER *et al.*, 2012)

Embora a transferência da capital federal para Brasília tenha sido considerada um dos acontecimentos cruciais para a reversão socioeconômica que o ERJ sofreu, a crise estrutural na qual o país sucumbiu nos anos de 1980 talvez tenha sido ainda mais determinante para o chamado de “debilitamento socioeconômico” do Estado. Estes problemas foram agravados pelo padrão de acumulação com liderança do capital industrial e bancário e/ou financeiro conforme colocou Sobral (2013), uma vez que ele levou a uma percepção errada no que diz respeito à sua expansão produtiva e a perda considerável de sua centralidade política. O resultado foi que a economia fluminense passou por uma grave crise que está em processo de reversão devido aos investimentos nas chamadas novas fronteiras de acumulação em seu interior. (SOBRAL, 2013)

No que tange a análise do PIB do ERJ em comparação com o Brasil entre os anos de 2000 e 2010 é possível perceber que o ERJ teve pouca variação na participação do PIB nacional durante esses anos. Sempre atingindo algo em torno de 11% de participação como mostra a Tabela 3. Em 2000 o PIB percentual do Estado em relação ao Brasil atingiu o seu maior valor com 11,85% e o menor no ano de 2010, com 10,8%. A análise do PIB municipal os permite identificar quais as regiões do estado durante esse período respondem por esses resultados no PIB. A Tabela 4 apresenta o PIB estadual, por municípios e regiões.

Tabela 3 - Produto Interno Bruto, Produto Interno Bruto a preços constantes de 2000 e relação PIB RJ / PIB Brasil e Estado do Rio de Janeiro - 2000-2010

Ano	Rio de Janeiro		Brasil		Relação PIB RJ / PIB Brasil (%)	
	Produto Interno Bruto		Produto Interno Bruto (1 000 000 R\$)	A preços constantes de 2000 (1 000 000 R\$)		
	1 000 000 R\$	A preços constantes de 2000 R\$				
2000	139.755	139.754.795	1.179.482	1.179.482	11,85	
2001	152.099	139.581.150	1.302.135	1.194.969	11,68	
2002	171.372	142.255.124	1.477.822	1.226.733	11,6	
2003	188.015	137.232.932	1.699.948	1.240.799	11,06	
2004	222.945	150.621.834	1.941.498	1.311.677	11,48	
2005	247.018	155.662.646	2.147.239	1.353.122	11,5	
2006	275.327	163.450.455	2.369.484	1.406.666	11,62	
2007	296.768	166.412.855	2.661.345	1.492.352	11,15	
2008	343.182	177.638.017	3.032.203	1.569.530	11,32	
2009	353.878	170.892.839	3.239.404	1.564.355	10,92	
2010	407.123	181.657.813	3.770.085	1.682.208	10,8	

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPERJ com base em IBGE.

A região do Estado que concentra o maior nível de renda no período analisado, período esse que condiz com o aumento dos investimentos no setor de petróleo o gás, é a região Norte Fluminense. O PIB dessa região teve valores expressivos a partir de 2002 e aumentou em cerca de cinco vezes o PIB da região, durante a década, sendo fortemente impulsionado pelo município de Campos dos Goytacazes. O PIB da região Norte Fluminense que no início da década tinha uma participação de 6,5% no PIB estadual já no final do período analisado essa participação chegou à marca de 25% do PIB do ERJ.

Contudo, por mais que a região Norte Fluminense tenha obtido grande destaque durante o período analisado. Não podemos deixar de observar que a participação da RMRJ ainda é a mais expressiva no que diz respeito ao PIB do ERJ. Mantendo em média uma participação em torno de 70% para todo o período analisado e chegando à 76,8% de participação no ano de 2010. Vale lembrar que mesmo com esse expressivo resultado da RMRJ, cerca de 50% da participação do PIB estadual dentro da RMRJ pertence ao município do Rio de Janeiro por abrigar uma ampla gama de atividades dentre os setores de serviço, comércio e indústria de transformação. Posteriormente, mas já com uma participação bem menos relevante, de 6% a 8%, dependendo da

variação anual, está o município de Duque de Caxias, impulsionado também pelas atividades petrolíferas na cidade através da Reduque.

Adicionalmente, o ano de 2009 foi um período em que tanto para o Estado como um todo, como para a região Norte Fluminense e do Médio Paraíba houve uma queda considerável no PIB municipal se comparado aos anos anteriores. O que explica esse movimento é a crise internacional ocorrida em 2008 e que acabou surtindo efeito na produção interna tanto do Brasil como do ERJ, em especial no setor de petróleo e gás e de automotores (ver Tabela 4).

Tabela 4 – Produto Interno Bruto estadual, por municípios e Regiões de Governo a preços
R\$ 1.000.000 de 2000

	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total do Estado	139.755	139.581	142.255	137.233	150.621	155.663	163.450	166.413	177.638	170.893	181.660
Região Metropolitana	107.393	107.431	107.481	101.367	110.566	110.438	111.774	118.232	116.429	118.877	123.584
Rio de Janeiro	76.731	75.803	75.591	69.889	76.123	74.216	76.004	78.558	82.176	82.345	84.889
Duque de Caxias	8.550	9.288	9.300	10.315	11.422	14.256	13.319	15.881	9.666	11.819	11.823
Niterói	4.382	4.067	4.277	4.202	4.685	4.308	4.433	4.965	4.811	4.783	5.004
São Gonçalo	4.139	4.174	4.203	3.868	4.027	3.987	4.088	4.156	4.279	4.363	4.614
Nova Iguaçu	3.996	3.665	3.660	3.374	3.517	3.583	3.712	3.898	4.386	4.200	4.237
Região Norte Fluminense	9.065	9.939	12.828	15.794	18.458	25.172	34.111	32.045	44.679	36.416	45.551
Campos dos Goytacazes	5.645	5.515	6.520	6.987	7.459	10.494	13.734	11.670	15.118	9.734	11.295
Macaé	1.872	2.243	2.717	2.885	3.188	3.341	3.845	3.587	6.713	4.560	5.028
Região Serrana	3.425	3.203	3.533	3.298	3.275	3.414	3.827	3.839	4.179	4.467	4.417
Nova Friburgo	1.220	1.099	1.166	1.135	1.130	1.077	1.153	1.148	1.189	1.184	1.265
Petrópolis	2.205	2.104	2.367	2.163	2.145	2.337	2.675	2.690	2.990	3.283	3.152
Região do Médio Paraíba	5.821	5.923	5.978	6.406	7.814	6.553	6.465	6.861	9.161	7.444	9.106
Porto Real	255	707	770	968	1.434	143	1.076	1.253	1.911	1.808	2.151
Resende	1.706	1.760	1.403	1.674	2.099	1.809	1.842	1.820	2.620	1.968	2.863
Volta Redonda	3.860	3.456	3.805	3.764	4.281	3.601	3.548	3.788	4.629	3.667	4.092

	Participação Percentual das regiões e dos municípios no PIB do ERJ (%)										
	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Região Metropolitana	76,8	77,0	75,6	73,9	73,4	71,0	68,4	71,1	65,5	69,6	76,8
Rio de Janeiro	54,9	54,3	53,1	50,9	50,5	47,7	46,5	47,2	46,3	48,2	54,9
Duque de Caxias	6,1	6,7	6,5	7,5	7,6	9,2	8,2	9,5	5,4	6,9	6,1
Niterói	3,1	2,9	3,0	3,1	3,1	2,8	2,7	3,0	2,7	2,8	3,1
São Gonçalo	3,0	3,0	3,0	2,8	2,7	2,6	2,5	2,5	2,4	2,6	3,0
Nova Iguaçu	2,9	2,6	2,6	2,5	2,3	2,3	2,3	2,3	2,5	2,5	2,9
Região Norte Fluminense	6,5	7,1	9,0	11,5	12,3	16,2	20,9	19,3	25,2	21,3	25,0
Campos dos Goytacazes	4,0	4,0	4,6	5,1	5,0	6,7	8,4	7,0	8,5	5,7	6,0
Macaé	1,3	1,6	1,9	2,1	2,1	2,2	2,4	2,2	3,8	2,7	3,0
Região Serrana	2,5	2,3	2,5	2,4	2,2	2,2	2,3	2,3	2,4	2,6	2,5
Nova Friburgo	0,9	0,8	0,8	0,8	0,8	0,7	0,7	0,7	0,7	0,7	0,9
Petrópolis	1,6	1,5	1,7	1,6	1,4	1,5	1,6	1,6	1,7	1,9	1,6
Região do Médio Paraíba	4,2	4,2	4,2	4,7	5,2	4,2	4,0	4,1	5,2	4,4	4,2
Porto Real	0,2	0,5	0,5	0,7	1,0	0,7	0,7	0,8	1,1	1,1	0,2
Resende	1,2	1,3	1,0	1,2	1,4	1,2	1,1	1,1	1,5	1,2	1,2

Volta Redonda	2,8	2,5	2,7	2,7	2,8	2,3	2,2	2,3	2,6	2,2	2,8
---------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE

No que tange a variação de PIB, por setores, entre os anos de 2000 e 2012 podemos observar segundo o Quadro 4, que no que consiste à RMRJ, no setor de serviços a variação foi de 17,8, se mostrando superior a variação da indústria que foi de 15,2. Entretanto, a variação do PIB industrial que ocorreu nesses anos no ERJ não foi capaz de impedir a variação positiva para o Estado que foi de 91,6.

Quadro 4 - Variação do PIB, entre 2000 e 2012, nos municípios que compõem o Fórum da Baixada, Regiões Metropolitanas do Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, Estado do Rio, Sudeste e Brasil

Unidade Territorial	Agropecuária	Indústria	Serviços *	Impostos	PIB
Belford Roxo	-23,7	173	29,1	35,9	107,3
Duque de Caxias	-27,4	2	37,2	51,8	27,6
Guapimirim	-25,1	-27,8	38,2	79,6	18,6
Itaguaí	-6,4	155,7	-4,7	84,8	616
Japeri	-49,5	70,1	66,2	46,8	400,6
Magé	-24,8	11,9	25,8	44,9	23,1
Mesquita					
Nilópolis		3,5	8,6	29,2	35,3
Nova Iguaçu	-36,4	0,7	2,5	14,1	55,5
Paracambi	-18,2	-22	28,7	49,2	29,1
Queimados	-63,7	11,9	25,6	44,6	-23,3
São João de Meriti	-18,3	2	18,8	22,8	17,2
Seropédica	-7,9	66	38,8	42	263,1
Fórum da Baixada	-23,2	22,8	26,3	41,3	56,8
Periferia RMRJ	-28,4	62,2	23,5	43,5	65,8
Periferia RMBH	-27,4	45,1	96,2	83,3	72,1
Periferia RMSP	23	1,9	54,2	45,4	43,5
RMRJ	-23,9	15,2	17,8	34,2	31,6
RMBH	-27,3	39,4	70,2	66,5	62,1
RMSP	19,6	-9,7	40,5	47,2	39,1
Estado do Rio de Janeiro	-5,8	91,6	28,1	39,5	41,3
Sudeste	31,1	27,8	41,4	48,9	53,8
Brasil	37,1	35,5	48,7	60,6	67,3

Fonte: Fórum da Baixada com base em IBGE

*Observação: Inclui Administração, saúde e educação públicas e segurança social.

Contudo, essa mesma variação no que diz respeito à região periférica a RMRJ é consideravelmente significativa nos últimos anos, sendo de 62,2. Mostrando que houve

uma gama de investimentos industriais grande voltados para o interior do ERJ e associados à ela uma variação positiva de 23,5 no setor de serviços também nessa mesma região durante o mesmo período de tempo. A agropecuária perdeu 28,4 de participação relativa no PIB entre 2000 e 2012.

2.4 - A Dinâmica Industrial do ERJ e da sua Região Metropolitana

O ERJ vem nos últimos anos enfrentando sérios limites no objetivo de recriar a capacidade produtiva junto ao esforço de desenvolvimento nacional. (SOBRAL, 2009) Devido ao ciclo recente de investimentos na RMRJ não se deve afirmar que existe uma estrutura com sérias dificuldades de assegurar o dinamismo na totalidade do território, no longo prazo. Caso contrário, poderíamos incorrer em um erro, uma vez que o fato de existirem potenciais fatores de dinamização que podem levar a uma “inflexão positiva econômica”, mas que também abre espaço para ser questionada em meio à discussão de um processo de desindustrialização em curso. (SOBRAL, 2013)

A evolução dos dados do Valor adicionado Bruto (VAB) Fluminense demonstra que não houve um aumento da participação relativa no VAB nacional do ERJ. O processo de desconcentração econômica regional no Brasil, com a perda relativa do estado de São Paulo de 4,5 pontos percentuais entre 1995 e 2010 foi absorvida pelos estados de Minas Gerais (1,1 ponto percentual), região Norte (1,0), Nordeste (1,5), Centro-Oeste (0,5). O ERJ reduziu sua participação relativa de 0,5 pontos percentuais, demonstrando um retrocesso (ver Quadro 5).

Quadro 5 - Participação relativa (%) das grandes regiões e unidades da federação selecionadas no valor adicionado bruto nacional, 1995/2010 (Brasil = 100%)

	1995	1998	2002	2004	2008	2010
São Paulo	36,6	35,1	33,7	32,3	32	32,1
Rio de Janeiro	11,2	11,7	11,6	11,1	11,2	10,7
Minas Gerais	8,6	8,6	8,7	9,4	9,5	9,5
Espírito Santo	1,7	1,7	1,7	1,9	2,2	2,1
Rio Grande do Sul	7,1	7	7,2	7,2	6,7	6,8
Paraná	5,8	5,9	6,1	6,5	6	5,8
Santa Catarina	3,5	3,5	3,8	4,1	4,1	4
Norte	4,3	4,3	4,8	5,1	5,3	5,5
Nordeste	12,3	12,6	13,3	13	13,5	13,8
Centro-Oeste	8,9	9,5	9,1	9,4	9,5	9,6

Fonte: Fórum da Baixada com base em IBGE

No entanto, o ERJ, segue como segunda maior economia regional do país. Ele é destaque por ser uma das principais unidades da federação em termos industriais. Apresentou de 2008 a 2012, crescimento real de 22,4% no conjunto da atividade industrial, segundo dados da Pesquisa Industrial Anual do IBGE. No ano de 2012, o estado, alcançou 11,3% da produção industrial do país, sendo superado apenas por São Paulo (35,0%) e Minas Gerais (11,2%). (SOBRAL,2013)

Cabe ressaltar que o peso do VAB da indústria extrativa tornou-se maior do que o VAB da indústria de transformação entre os anos de 2005 a 2008, com uma redução em 2009 e uma recuperação em 2010 segundo a Tabela 5. O VAB da indústria de transformação cresce em todo período com exceção do ano de 2005, 2011 e 2012. É, portanto, errôneo considerar um avanço no dinamismo da indústria extrativa em geral, uma vez que o crescimento atingido pela indústria extrativa ultrapassa a evolução da indústria de transformação. Observa-se que esse crescimento está diretamente associado à dependência de recursos naturais e pode se tornar um forte indício do processo de desindustrialização relativa, devido ao menor dinamismo da indústria extrativa quando se limita a extrair recursos naturais sem maiores agregações de valores. (SOBRAL, 2013)

Tabela 5 - Valor adicionado bruto a preço básico, segundo as atividades econômicas, ERJ - 1999-2012

Atividades econômicas	Valor (1 000 000 R\$)													
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Valor adicionado bruto total	109 753	118 712	127 407	147 287	163 298	185 629	208 508	233 778	250 856	290 150	301 539	#REF!	395 073	429 123
Indústria	23 032	28 549	29 638	35 812	42 555	53 657	62 975	76 598	74 985	91 566	79 445	96 618	120 061	138 131
Extração de petróleo e outros minerais	3 001	6 820	7 173	10 184	12 974	14 991	25 090	36 466	30 737	44 694	25 099	33 829	57 233	75 754
Indústria de transformação	10 676	11 585	11 805	13 449	16 426	22 203	21 346	22 547	25 195	28 634	30 514	34 138	31 489	30 451
Construção civil	6 851	7 184	7 476	8 660	9 082	11 479	10 522	10 793	12 149	13 414	15 668	19 173	22 578	22 582
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	2 503	2 960	3 184	3 519	4 073	4 984	6 016	6 791	6 904	4 825	8 164	9 478	8 761	9 344

Participação das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preço básico**Estado do Rio de Janeiro - 1999-2012**

Atividades Econômicas	Participação no valor adicionado bruto (%)													
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Total	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100
Indústria	20,99	24,05	23,26	24,31	26,06	28,91	30,20	32,77	29,89	31,56	26,35	28,05	30,39	32,19
Indústria extractiva	2,73	5,74	5,63	6,91	7,95	8,08	12,03	15,60	12,25	15,40	8,32	9,82	14,49	17,65
Indústria de transformação	9,73	9,76	9,27	9,13	10,06	11,96	10,24	9,64	10,04	9,87	10,12	9,91	7,97	7,10
Construção civil	6,24	6,05	5,87	5,88	5,56	6,18	5,05	4,62	4,84	4,62	5,20	5,57	5,71	5,26
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	2,28	2,49	2,50	2,39	2,49	2,68	2,89	2,90	2,75	1,66	2,71	2,75	2,22	2,18

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPERJ com base em IBGE

Como é possível observar ainda na Tabela 5, a participação relativa da indústria extrativa no VAB do ERJ aumentou consideravelmente a partir do final dos anos 1990. Passando de 2,73 pontos percentuais em 1999 até alcançar 17,65 pontos percentuais em 2012. Sofrendo em 2009 uma considerável queda em relação ao ano anterior de 15,40 pontos percentuais para 9,82 pontos percentuais, explicada pela crise econômica mundial, mostrando que o setor petrolífero a nível mundial é sensível a períodos de instabilidade econômica. Adicionalmente, a indústria de transformação se manteve relativamente estável no período analisado, apresentando momentos de alta, quando superou a marca dos 11 pontos percentuais, tal como em 2004, e momento de baixa chegando ao mínimo de 7,10 em 2012, dentro do período a ser considerado. Contudo, é possível observar que no período a participação relativa da indústria no VAB do ERJ teve um aumento expressivo, passando de 20,99 pontos percentuais em 1999 para 32,19 em 2012.

Ao considerarmos uma abordagem da participação do ERJ no VAB do Brasil, como aponta a Tabela 6, é possível observar que o crescimento da participação relativa da indústria segue uma linha progressiva, mas não tão expressiva no período entre 1995 e 2009. No entanto, o que se destaca é a participação da indústria extrativa através da exploração de petróleo e outros minerais nos últimos anos. Principalmente o grande crescimento entre o ano de 1998 e 1999, mostrando que essa participação mais que dobrou e manteve-se em constante aumento, chegando ao máximo de 61,95 pontos percentuais em 2006 e após os efeitos sofridos com a crise econômica de 2008, obteve uma queda na participação do VAB nacional, atingindo 49,15 pontos percentuais, ainda bem acima da média dos anos 1990.

Tabela 6 - Participação do Rio de Janeiro no valor adicionado bruto do Brasil, segundo as atividades econômicas ERJ - 1995 - 2009

Atividades econômicas	Participação (%)														
	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Total	11,21	11,22	11,17	11,72	11,83	11,62	11,39	11,57	11,10	11,14	11,32	11,49	10,96	11,24	10,79
Agropecuária	1,58	1,44	1,39	1,36	1,34	1,37	1,26	0,95	0,83	0,97	1,02	1,03	0,77	0,83	0,95
Indústria	7,96	8,61	8,46	8,74	9,57	10,08	9,84	10,40	10,39	10,69	11,68	13,09	11,78	12,72	10,60
Extracção de petróleo e outros minerais	17,10	18,68	19,36	14,30	32,94	41,91	43,60	49,87	51,39	46,85	55,30	61,95	57,27	53,53	49,15
Indústria de transformação	5,90	6,34	6,28	6,78	7,14	6,58	6,16	6,27	6,20	6,93	6,40	6,38	6,47	6,67	6,56
Construção civil	13,37	13,87	13,22	13,26	13,12	12,75	12,57	12,88	13,18	13,53	11,66	11,21	10,92	10,60	10,67
Produção e distribuição de eletricidade e gás, água e esgoto e limpeza urbana	8,42	8,21	8,07	8,36	8,39	8,52	9,48	8,34	8,09	7,70	8,55	8,89	8,44	5,97	9,43
Serviços	13,38	13,00	12,98	13,66	13,52	13,12	12,91	13,11	12,58	12,47	12,06	11,66	11,47	11,55	11,69

Fonte: Elaboração própria a partir de CEPERJ com base em IBGE

Segundo aponta Sobral (2009), no período recente, a atividade extrativa, especialmente a petrolífera obteve destaque inclusive por fazer parte da pauta exportadora da economia fluminense, principalmente em um contexto de aumento do preço internacional do petróleo causado pelo “efeito China” a partir de 2002. No entanto, seus efeitos positivos não seriam suficientes, segundo ele, para frear os efeitos multiplicadores negativos sobre a base produtiva e que são incapazes de reverter o seu “debilitamento” no período recente. Configurando, desta forma, que existe uma ampla dependência de recursos naturais que pode dar indícios de uma desindustrialização relativa. Mesmo havendo uma grande participação na produção da indústria de transformação.

Conforme podemos observar no Quadro 6, da taxa de crescimento médio anual de alguns setores industriais, segundo a Pesquisa Industrial Mensal do IBGE, entre os anos de 1995 e 2010, a taxa de 17,5% marca o que seria a entrada do Rio de Janeiro na chamada “guerra fiscal” para o setor de automotores fluminense que figura como terceiro maior pólo automotivo do país, atrás dos estados de São Paulo e Minas Gerais. (SOBRAL, 2013) A indústria extrativa fluminense obteve durante o período uma taxa de crescimento de 8,0%, sendo o segundo maior setor de destaque, em função da extração de petróleo no norte do Estado.

Quadro 6 - Taxa de Crescimento médio anual de alguns setores industriais para unidades da federação selecionadas e na média nacional, 1995/2010

Setores	Brasil	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio Grande do Sul	Bahia
Alimentos	1,8	7,1	-2,4	0,9	-0,2	-
Bebidas	1,5	-0,9	4,2	1,1	-0,5	-
Têxtil	-0,9	-1,3	-0,4	-0,9	-	-
Refino de Petróleo e álcool	1,4	1,1	1,9	0,5	1,7	8,6
Farmacêutica	3,5	-	-5,2	5,1		
Perfumaria, sabões detergentes e produtos de limpeza	3,2	-	0,2	4,3	-	-
Outros produtos químicos	1,5	5,3	-4	2,5	2,2	-
Borracha e plástico	1		-3	1	0,1	0,7
Minerais não metálicos	2,2	1,7	1,7	1,9		0,1
Metalurgia básica	2,2	1,2	2	1,6	4,5	3,7
Veículos automotores	4,6	4,1	17,5	2,4	8,6	9,4
Indústria de transformação	2,1	2,7	0	2,3	1,7	2,5
Indústria extrativa	7,3	3,8	8	-	-	-1

Fonte: Fórum da Baixada com base em IBGE

Segundo Osório (2013), o fato de a indústria do que se reconhece como antigo estado do Rio de Janeiro ter crescido acima da média nacional entre os anos de 1940 e 1960 não demonstra que esse crescimento tenha ocorrido no estado do Rio de Janeiro como um todo, uma vez que não houve transferências de plantas de indústrias privada na cidade do Rio de Janeiro para estado do Rio de Janeiro, sendo apenas fruto da criação, naquela região, de empresas estatais do governo federal. No período compreendido entre 1960 e 1974 a COPEG, por exemplo, correspondeu aos interesses da representação industrial da cidade do Rio de Janeiro e não se preocupou com a transferência da capital federal.

Após concluída a fusão da Guanabara com o antigo estado do Rio de Janeiro, em 1974, os governos acabaram por obter uma visão equivocada sobre quais deveriam ser as estratégias de desenvolvimento econômico para a região e adotaram um foco pontual, sem estudos setoriais e uma adequada estratégia e coordenação de políticas. E ao

mesmo tempo dispensaram a formulação de quaisquer políticas de desenvolvimento econômico. (OSÓRIO *et al.*, 2013)

O ERJ em 1985 ocupava a segunda colocação entre todas as unidades federativas no que diz respeito ao número de empregos formais gerados tanto nas atividades público quanto privada estando atrás apenas do estado de São Paulo. No entanto, em 2011, o estado de Minas Gerais, tomou a segunda colocação do Rio de Janeiro no *ranking* evidenciando a estagnação do conjunto da economia carioca e fluminense. Com relação ao emprego na indústria de transformação, a perda de posição do Rio de Janeiro foi de segundo lugar, em 1985, para a sexta posição, em 2011, sendo ultrapassado por Minas Gerais, Rio Grande do sul Paraná e Santa Catarina. Assim como, em 2004, o estado de Minas Gerais ultrapassou o Rio de Janeiro no que diz respeito à receita gerada pelo imposto estadual de ICMS. (OSÓRIO *et al.*, 2013)

Tem-se em mente também a discussão da perda do “projeto nacional” a partir dos anos de 1990, no que tange a ideia de interrupção da industrialização brasileira e políticas nacionais de desenvolvimento, muito em função de uma política de juros altos e câmbio sobrevalorizado. Além disso, os movimentos de desconcentração industrial se tornaram uma tentativa de confrontar a crise estrutural brasileira inclusive trazendo à discussão a questão do conflito federativo. Na visão de Sobral (2013),

Em grande medida, isso refletiu estratégias focadas no aumento da atratividade mercantil de algumas plataformas de recursos naturais disponíveis. Em particular, ganharam maior destaque formas de inserção externa pautadas na exportação de commodities. Nesse sentido, é preciso ter claro que essas iniciativas são sustentadas por estratégias pontuais que não estão oferecendo alternativas para o desenvolvimento do país como um todo. (SOBRAL, 2013, p. 147)

O Quadro 7, apresenta a variação percentual acumulada da produção física industrial comparando o ERJ com os estados de Minas Gerais e São Paulo e a nível nacional, no período compreendido entre os anos de 2000 a 2013, segundo dados da Pesquisa Industrial Mensal do IBGE. O quadro aponta que tanto a nível nacional quanto nos três estados a indústria geral, a extrativa e a de transformação tiveram uma variação

percentual acumulada positiva da produção física, com exceção da extrativa para São Paulo. No entanto, no que se refere ao ERJ essa variação foi positiva foi maior para a indústria foi a indústria extrativa (32,7%), o que demonstra o quanto os investimentos nessa indústria foram relevantes para o ERJ nesses últimos anos em confronto com a indústria de transformação que no mesmo período obteve uma variação de apenas 8%. Muito inferior inclusive à média nacional que foi de 28,7% e aos estados de Minas Gerais e São Paulo, respectivamente, 29,8% e 32,8%. Setorialmente, o destaque do ERJ na indústria de transformação está na variação positiva de 220,2 % na produção de veículos automotores e em um segundo patamar encontram-se as produções voltadas para a produção de bebidas (16,7%), metalurgia básica (12,6%) e para o refino de petróleo e álcool (12,4%).

Quadro 7 – Variação percentual acumulada da produção física industrial das Ufs do ERJ, São Paulo, Minas Gerais e no Brasil, segundo as atividades industriais entre 2000 e 2013

Seções e atividades industriais	Variação em 12 meses			
	Brasil	RJ	MG	SP
indústria geral	32,7	24,7	31,8	32,8
indústria extrativa	76	32,7	45,4	-
indústria de transformação	28,7	8	29,8	32,8
Alimentos	18,7	-15,1	67,9	5,1
Bebidas	24,3	16,7	-29,7	13,1
Têxtil	-20,9	-3,3	-22,8	-19,7
Refino de petróleo e álcool	22,3	12,4	38	10,2
Outros produtos químicos	7,9	-21,6	118,3	25,5
minerais não metálicos	26,7	1,4	17,3	24,2
metalurgia básica	14,8	12,6	-7,6	29,6
veículos automotores	84,2	220,2	50,3	41,5

Fonte: Fórum da Baixada com base em IBGE

No que diz respeito à taxa de variação anual da indústria em geral para o ERJ, a partir da Tabela 7, é possível perceber que entre os anos de 2005 e 2008 ela apresenta um movimento de pouca variação anual. Esse movimento foi alterado abruptamente devido aos reflexos da crise mundial em 2009, que vez a taxa cair 5,20%. Posteriormente, em 2010, houve um aumento muito significativo de 12,85% que fez muitos acreditarem que seria uma recuperação avassaladora diante do contexto mundial. No entanto, os números dos anos seguintes mostram que não foi possível manter esse

resultando e houve mais uma vez um saldo negativo na taxa de variação anual da indústria geral, sendo de -7,54% e -4,02%, em 2011 e 2012, respectivamente. A indústria de transformação seguiu um movimento similar ao da indústria geral. Já a indústria extrativa tem oscilações negativas bem maiores em 2006, 2007, 2010 e 2011.

Tabela 7 - Taxa de variação anual da Indústria extrativa mineral e de transformação, segundo as classes e gêneros Estado do Rio de Janeiro - 2005-2012

Classes e gêneros	Taxa de variação anual (%) (1)							
	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Indústria geral	-0,41	0,04	0,03	-0,47	-5,20	12,85	-7,54	-4,02
Indústria extrativa	19,20	-8,24	-7,38	7,83	4,93	-12,51	-5,57	10,05
Indústria de transformação	-4,18	1,88	1,85	-2,30	-7,75	20,66	-8,34	-7,01
Alimentos	6,80	1,20	-16,18	7,06	-7,58	5,69	4,73	-14,52
Bebidas	-9,17	2,91	-0,38	-7,70	13,80	1,05	-12,23	-3,43
Têxtil	-2,57	-20,49	-3,44	9,78	-15,84	38,54	-19,69	-0,88
Edição, impressão e reprodução de gravações	1,97	15,79	-4,24	0,35	-13,21	11,46	-4,48	1,93
Refino de petróleo e álcool	-8,43	0,89	-2,10	3,44	-2,23	9,93	-3,67	5,64
Farmacêutica	-2,76	8,86	-17,93	5,61	16,13	7,62	-14,97	16,96
Perfumaria, sabões, detergentes e produtos de limpeza	-21,23	6,68	20,33	-15,16	13,87	8,66	-10,38	5,21
Outros produtos químicos	2,62	3,16	7,59	-2,79	-20,18	28,56	-2,08	1,17
Borracha e plástico	-21,56	36,68	12,40	-10,72	-2,96	12,37	-4,91	-7,72
Minerais não metálicos	-0,67	-18,24	3,77	1,91	-19,89	20,43	-4,10	-7,56
Metalurgia básica	-8,50	2,62	20,08	-16,72	-6,76	42,83	-18,11	-9,90
Veículos automotores	-8,28	-16,33	30,53	-7,30	-23,22	67,18	-22,34	-41,68

Fonte: CEPERJ com base em IBGE

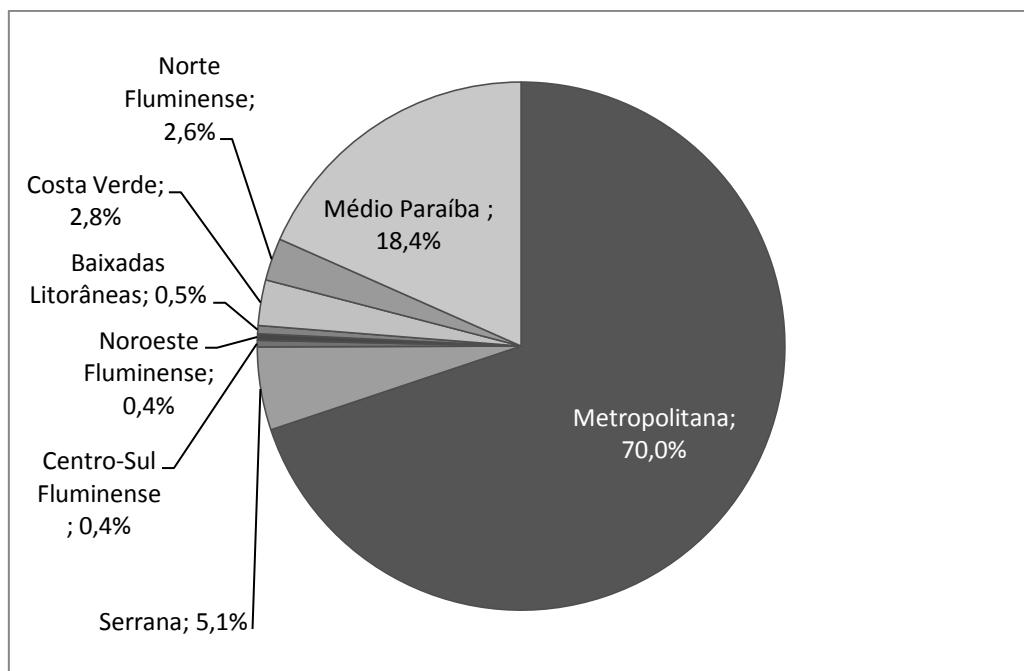
(1) Série nova - base ano anterior = 100.

O destaque nessa análise é para a indústria de refino de petróleo e álcool, que se mostrou pouco sensível ao período de instabilidade referente à crise de 2008-2009. Sua taxa de variação foi de uma queda de -2,23% entre 2008 para 2009, e mesmo depois do crescimento de 9,93% em 2010 recuou novamente apenas 3,67% em 2011, mas retomou o ritmo de crescimento em 2012. Contrariamente a esse resultado estão as indústria de metalurgia e veículos automotores cuja variação em 2009 foi negativa frente ao ano anterior, -6,76% e -23,22%, respectivamente. E mesmo após a retomada de crescimento com uma taxa de 42,83% para a indústria metalúrgica e 67,18% para a indústria de

veículos automotores obtiveram uma queda expressiva no ano de 2011 com -18,11% e -22,34% para a indústria metalúrgica e para a indústria de veículos automotores, respectivamente.

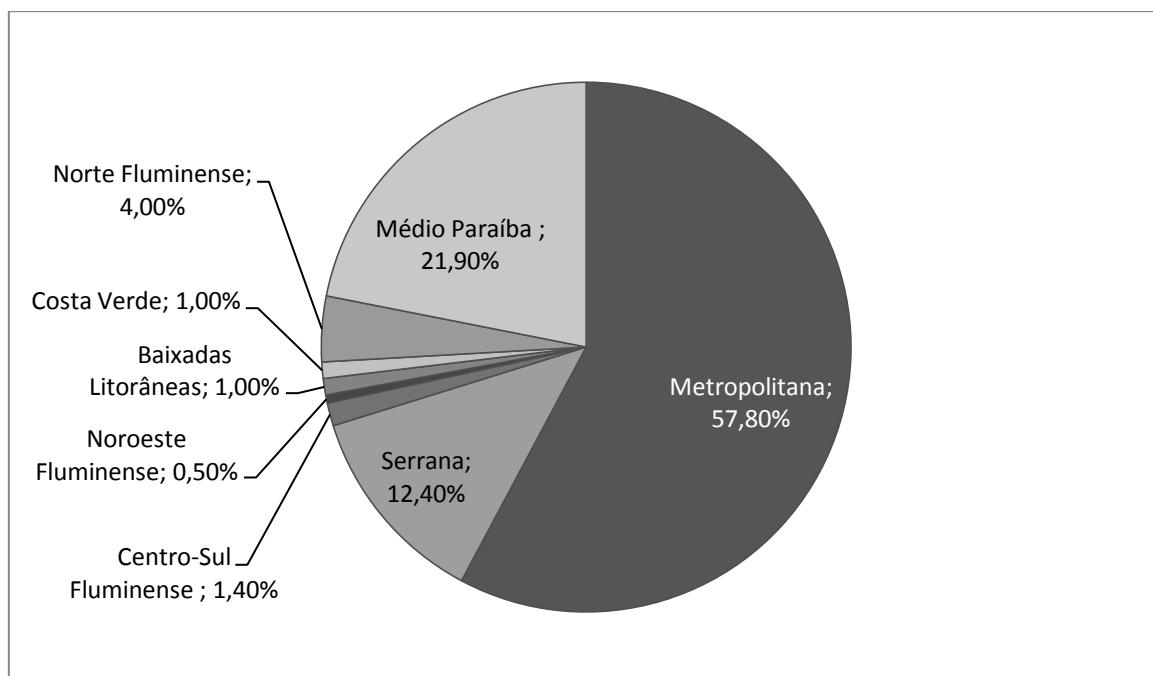
Contudo, é possível afirmar segundo dados da Fundação CEPERJ de 2014, que entre os anos de 2007 e 2011 a produção industrial da RMRJ aumentou. Porém, há de se considerar que a produção industrial no interior do ERJ também aumentou e esta foi maior que a da Região Metropolitana nesses anos. Os Gráficos 1 e 2, mostram essa mudança de participação regional na indústria de transformação do ERJ. Quando em 2007 havia uma participação de 70% da Região Metropolitana em 2011 esse número caiu para 57,8%. As regiões que demonstraram um aumento da participação na indústria de transformação no período foram as regiões do Norte Fluminense (2,6% em 2007 e 4,0% em 2011); Baixadas Litorâneas (0,5% e 1,0%); Serrana (5,1% e 12,4%); Médio Paraíba (18,4% e 21,9%); Noroeste Fluminense (0,4% e 0,5%) e Centro-Sul Fluminense (0,4% e 1,4%). Apenas a região da Costa Verde, que reunia 2,8% da atividade industrial do estado, em 2007, e passou para 1,0%, em 2011, registrou perda de participação assim como a Região Metropolitana.

Gráfico 1 – Participação regional na indústria de transformação fluminense em 2007 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de CEPERJ com base em IBGE

Gráfico 2 – Participação regional na indústria de transformação fluminense em 2011 (%)



Fonte: Elaboração própria a partir de CEPERJ com base em IBGE

O município do Rio de Janeiro tem uma concentração fabril de 33% da produção industrial, sendo responsável pela maior parte da produção do estado. Dentre os principais grupos industriais dos municípios estão à produção de produtos farmacêuticos (15,2% da produção do município), os produtos metalúrgicos (11,4%) e bebidas (10,8%). Porém, também é possível levar em conta a participação industrial de outros municípios da RMRJ como relevantes para a produção estadual, tal como, o município de Duque de Caxias, onde o refino do petróleo responde por 78%, São Gonçalo, através da produção de produtos farmacêuticos correspondendo a 32% da produção total do estado, além da preservação do pescado (14,4%), fabricação de tintas, vernizes, esmaltes, lacas e produtos afins (11%). Já o município de Nova Iguaçu é conhecido pela produção de móveis (18,2%), seguido da fabricação de produtos de limpeza (16%), além de peças e utensílios para veículos automotores (14%). No município de Queimados há a fabricação de artigos para cutelaria, serralheria e ferramentas (50%) e de artefatos de concreto, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes (20%). Além disso, tem-se a fabricação de embarcações em Niterói e de defensivos agrícolas em Belford Roxo. (CEPERJ, 2014)

Entretanto, vale lembrar que existem outros municípios que não estão localizados na RMRJ, mas sim em outras regiões do ERJ e são grandes responsáveis por uma alta capacidade produtiva industrial para a economia fluminense, tais como a Região do Médio Paraíba, que tem no pólo siderúrgico de Volta Redonda um grande produtor de alta relevância. Tal como a região do Centro Sul fluminense que apresentam características industriais similares ao do Médio Paraíba. Além dos municípios de Resende e Porto Real, responsável pela fabricação de caminhões, ônibus, caminhonetas e utilitários e peças para veículos automotores em geral, configurando cerca de 85% da produção industrial local. Outra região de destaque é a Região Serrana, que tem no município de Petrópolis atividades voltadas para manutenção e reparação de equipamentos além da fabricação de bebidas alcoólicas e no município de Nova Friburgo, a confecção de artigos para vestuário e acessórios além da produção para a cutelaria, serralheria e ferramentas e em Cantagalo a fabricação de cimento e bebidas alcoólicas. Enquanto que nas regiões Norte e Noroeste do estado tem-se a produção de alimentos e bebidas. Campos dos Goytacazes ganha importância devido à produção e refino de açúcar assim como na exploração de petróleo e gás devido aos poços localizados na Bacia de Campos, juntamente com Rio das Ostras, Cabo Frio e São João da Barra. Já o município de Macaé, onde se encontra uma instalação da Petrobras, também é responsável pela produção de atividades ligada à extração mineral e a indústria petroleira. (CEPERJ, 2014)

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DO DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO (2000-2010)

Além da análise histórica, através da formação da RMRJ, e econômica, no que diz respeito à sua perda de dinamismo econômico, como visto respectivamente nos Capítulos 1 e 2. Neste Capítulo será apresentado um estudo socioeconômico com o objetivo, avaliar os impactos desses aspectos históricos e econômicos para a população residente na região no período mais recente.

O PNUD é um programa da ONU que visa monitorar os municípios a fim de identificar o seu IDHM¹. Segundo o PNUD (2015), o desenvolvimento é “um processo de mudança na sociedade no sentido de melhorar o bem-estar da população ao longo do tempo, alargando o seu leque de escolhas nos domínios da saúde, educação e rendimento”.

Este índice é composto por três indicadores da dimensão do desenvolvimento humano, sendo eles, Longevidade, Educação e Renda. Contudo, o IDHM para os municípios brasileiros possui além da metodologia do IDHM global uma disponibilidade de indicadores adequada às estatísticas em termos nacionais. Segundo o PNUD, as três dimensões de desenvolvimento representam ter a oportunidade de viver uma vida longa e saudável, de ter acesso ao conhecimento e ter um padrão de vida que garanta as necessidades básicas, representadas pela saúde, educação e renda. O IDHM varia de 0 a 1, sendo quanto mais próximo de um maior o nível de desenvolvimento do município. De modo que, existem cinco faixas de desenvolvimento agrupadas da seguinte maneira: o índice de 0 a 0,499 é considerado de muito baixo desenvolvimento humano, de 0,500 a 0,599 equivale a baixo desenvolvimento humano, 0,600 a 0,699 corresponde ao médio desenvolvimento humano, o alto desenvolvimento humano está compreendido entre os índices de 0,700 e 0,799 e finalmente de 0,800 a 1 configura um índice de desenvolvimento humano muito alto. Sua metodologia procura agrupar os seus três componentes por meio de uma média geométrica.

¹ Ver metodologia do IDHM no endereço eletrônico: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/o_atlas/idhm/

Segundo dado do último Censo de 2010 é possível ter um panorama da situação socioeconômica mais recente do ERJ e dos municípios que fazem parte da sua Região Metropolitana, e que é destaque desta análise conforme visto anteriormente.

Em comparação com os dados do Censo 2000 é possível perceber por meio do IDHM, que é a base de dados para este estudo, gerado pelo PNUD se houve um movimento de desenvolvimento ou retrocesso durante esses 10 anos na RMRJ.

Será feita também a análise comparada com o Brasil assim como com as regiões metropolitanas de Belo Horizonte e São Paulo a fim de discutir, segundo essas mesmas variáveis, o movimento que essas três regiões obtiveram ao longo do período observado. De modo a identificar se essas regiões, com características socioeconômicas semelhantes, possuem indicadores socioeconômicos também semelhantes.

3.1–Caracterização socioeconômica recente do território do ERJ e sua região metropolitana

O ERJ, historicamente, destacado por sua relevância política, econômica e cultural sempre foi foco de investimentos públicos e privados que influenciaram no seu desenvolvimento socioeconômico. Como visto anteriormente esses investimentos eram concentrados na cidade do Rio de Janeiro que veio a se tornar capital federal e gerou um polo de diferenciação no que diz respeito ao desenvolvimento econômico nos outros municípios da própria região metropolitana e demais municípios do Estado. Mais recentemente, investimentos provenientes da indústria extrativa de petróleo e gás no Norte Fluminense e da indústria automotiva e metalúrgica no Médio Paraíba também propiciaram a esses municípios algum tipo de desenvolvimento. De modo que, a nível nacional, é preciso ter uma análise muito cautelosa, uma vez que nem sempre o posicionamento alcançado no *ranking* brasileiro, influenciado por números do município do Rio de Janeiro, reflete a realidade socioeconômica do restante dos municípios do Estado.

O *Ranking* do IDHM dos estados brasileiros segundo o Censo de 2010, conforme apresentado na Tabela 8, mostra que o ERJ ocupa a quarta colocação geral dentre os vinte e sete estados brasileiros. O IDHM do ERJ foi de 0,761, sendo superado apenas pelo Distrito Federal (0,824), São Paulo (0,783) e Santa Catarina (0,774). O ERJ teve

uma maior participação em sua composição, para esse resultado do IDHM, no índice de Longevidade, que chegou a 0,835, seguido pelo índice de Renda, que alcançou 0,782. No entanto, o índice de Educação 0,675 acabou sendo o de menor peso na relevância do IDHM para o estado.

Tabela 8 - Ranking do Índice de Desenvolvimento Humano dos estados brasileiros (Censo 2010)

Posição	Nome	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)
1º	Distrito Federal	0.824	0.863	0.873	0.742
2º	São Paulo	0.783	0.789	0.845	0.719
3º	Santa Catarina	0.774	0.773	0.860	0.697
4º	Rio de Janeiro	0.761	0.782	0.835	0.675
5º	Paraná	0.749	0.757	0.830	0.668
6º	Rio Grande do Sul	0.746	0.769	0.840	0.642
7º	Espírito Santo	0.740	0.743	0.835	0.653
8º	Goiás	0.735	0.742	0.827	0.646
9º	Minas Gerais	0.731	0.730	0.838	0.638
10º	Mato Grosso do Sul	0.729	0.740	0.833	0.629
11º	Mato Grosso	0.725	0.732	0.821	0.635
12º	Amapá	0.708	0.694	0.813	0.629
13º	Roraima	0.707	0.695	0.809	0.628
14º	Tocantins	0.699	0.690	0.793	0.624
15º	Rondônia Rio Grande do Norte	0.690	0.712	0.800	0.577
16º		0.684	0.678	0.792	0.597
17º	Ceará	0.682	0.651	0.793	0.615
18º	Amazonas	0.674	0.677	0.805	0.561
19º	Pernambuco	0.673	0.673	0.789	0.574
20º	Sergipe	0.665	0.672	0.781	0.560
21º	Acre	0.663	0.671	0.777	0.559
22º	Bahia	0.660	0.663	0.783	0.555
23º	Paraíba	0.658	0.656	0.783	0.555
24º	Piauí	0.646	0.635	0.777	0.547
24º	Pará	0.646	0.646	0.789	0.528
26º	Maranhão	0.639	0.612	0.757	0.562
27º	Alagoas	0.631	0.641	0.755	0.520

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PNUD

Quando a análise se limita ao IDHM das regiões metropolitanas do Brasil, conforme expresso na Tabela 9, podemos observar que a RMRJ ocupa a sexta posição

no *ranking* nacional de IDHM por regiões metropolitanas, com um IDHM de 0,771, segundo o Censo de 2010. Enquanto a RMSP lidera o *ranking* nacional com IDMH de 0,794, seguido pelo Distrito Federal e seu entorno (0,792), Curitiba (0,783) que ocupa a terceira posição, Belo Horizonte (0,774) e Grande Vitória (0,772), que ocupam quarta e quinta posições, respectivamente. Ou seja, a RMRJ é a última classificada no *ranking* nacional para o que diz respeito à análise das regiões metropolitanas dos estados da região Sudeste. A última colocação geral no *ranking* ficou com a Região Metropolitana de Maceió que obteve um IDHM de 0,702.

Tabela 9 - Ranking nacional do Índice de Desenvolvimento Humano das regiões metropolitanas (Censo 2010)

Posição	Nome	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)
1º	São Paulo	0.794	0.812	0.853	0.723
2º	Distrito Federal e Entorno	0.792	0.826	0.857	0.701
3º	Curitiba	0.783	0.803	0.853	0.701
4º	Belo Horizonte	0.774	0.788	0.849	0.694
5º	Grande Vitória	0.772	0.782	0.848	0.695
6º	Rio de Janeiro	0.771	0.796	0.839	0.686
7º	Goiânia	0.769	0.786	0.836	0.691
8º	Vale do Rio Cuiabá	0.767	0.773	0.834	0.700
9º	Porto Alegre	0.762	0.797	0.855	0.649
10º	Grande São Luís	0.755	0.721	0.809	0.737
11º	Salvador	0.743	0.754	0.824	0.661
12º	Recife	0.734	0.736	0.813	0.662
13º	Natal	0.733	0.736	0.814	0.658
14º	Fortaleza	0.732	0.716	0.814	0.672
15º	Belém	0.729	0.722	0.817	0.656
16º	Manaus	0.720	0.724	0.812	0.636
17º	Maceió	0,702	0,717	0,795	0,608

Fonte: Elaboração própria a partir de dados de Atlas Brasil

No entanto, com um IDHM de 0,771, segundo o ultimo Censo de 2010, a RMRJ é considerada como nível alto de IDHM alto, uma vez que está dentro da faixa de 0,700 e 0,799, que lhe garante essa avaliação segundo a metodologia do PNUD. Além disso, é possível observar que se comparado ao Censo de 2000 a RMRJ obteve consideráveis progressos em seu IDHM geral. Passando de 0,686 em 2000 para 0,771 em 2010. Em termos nacionais, o Brasil, em 2000, obteve um IDHM geral de 0,612 passando para

0,727, em 2010. Com um aumento de 18% frente à RMRJ, que foi de 12,39%. Comparativamente, o maior IDHM do Brasil em 2000 foi de 0,714 enquanto que em 2010, foi de 0,794. Já o menor IDHM, em 2000, foi de 0,567, todavia em 2010, foi de 0,702. Adicionalmente, a taxa de redução do hiato do desenvolvimento humano foi de 72,93% para a RMRJ e 70,36% a nível nacional.

No que diz respeito a evolução alcançada pelo IDHM da RMRJ entre os anos de 2000 e 2010 é possível perceber que a variável de longevidade foi a que mais estimulou esse aumento na avaliação, uma vez que em 2000 essa variável teve o IDHM de 0,775 passando para 0,839 em 2010. Já no que diz respeito à variável de Renda, também foi possível perceber um aumento de IDHM passando de 0,759 em 2000 para 0,796 em 2010. Além disso, quando se trata da variável educação, podemos perceber que também houve um aumento do IDHM, passando de 0,548 em 2000 para 0,686 em 2010, porém esse indicador foi o que menos contribuiu para o resultado geral do IDHM da RMRJ. Em termos absolutos a taxa de crescimento da Educação para o IDHM da RMRJ foi de 0,138 enquanto que para o Brasil esse aumento foi de 0,181.

Contudo, quando o estudo é realizado mais criteriosamente, levando-se em consideração os municípios que compõem a RMRJ, é possível observar um panorama bem diferente do apresentado em termos gerais e a nível nacional. Uma vez que dos 21 municípios que compõem a RMRJ a distribuição e posicionamento do seu IDHM no *ranking* em termos estaduais são bem desiguais, como pode ser visto na Tabela 10.

Tabela 10 - Ranking estadual do Índice de Desenvolvimento Humano pelas posições dos municípios da RMRJ (Censo 2010)

Posição	Nome	IDHM (2010)	IDHM Renda (2010)	IDHM Longevidade (2010)	IDHM Educação (2010)
1º	Niterói (RJ)	0.837	0.887	0.854	0.773
2º	Rio de Janeiro (RJ)	0.799	0.840	0.845	0.719
6º	Maricá (RJ)	0.765	0.761	0.850	0.692
9º	Nilópolis (RJ)	0.753	0.731	0.817	0.716
14º	São Gonçalo (RJ)	0.739	0.711	0.833	0.681
16º	Mesquita (RJ)	0.737	0.704	0.839	0.678
33º	Paracambi (RJ)	0.720	0.689	0.812	0.666
34º	São João de Meriti (RJ)	0.719	0.693	0.831	0.646
38º	Itaguaí (RJ)	0.715	0.703	0.814	0.638
41º	Nova Iguaçu (RJ)	0.713	0.691	0.818	0.641
41º	Seropédica (RJ)	0.713	0.695	0.805	0.648
49º	Duque de Caxias (RJ)	0.711	0.692	0.833	0.624
50º	Rio Bonito (RJ)	0.710	0.705	0.819	0.620
51º	Magé (RJ)	0.709	0.685	0.832	0.626
58º	Cachoeiras de Macacu (RJ)	0.700	0.695	0.817	0.603
59º	Guapimirim (RJ)	0.698	0.692	0.812	0.604
62º	Itaboraí (RJ)	0.693	0.690	0.813	0.593
70º	Belford Roxo (RJ)	0.684	0.662	0.808	0.598
73º	Queimados (RJ)	0.680	0.659	0.810	0.589
83º	Japeri (RJ)	0.659	0.637	0.809	0.555
86º	Tanguá (RJ)	0.654	0.644	0.793	0.548

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do PNUD

Se subdividirmos esse *ranking* por meio de quartos, vemos que no primeiro quarto estão os cinco municípios mais bem colocados no *ranking* do IDHM do ERJ, composto por 92 municípios. Sendo liderado pelo município de Niterói (0,837), índice acima do IDHM da região metropolitana como um todo. E em segundo lugar, tem-se o município do Rio de Janeiro (0,799), seguido por Maricá (0,765), Nilópolis (0,753) e São Gonçalo (0,739), que ocupam em termos estaduais, as sexta, nona e décima quarta colocações, respectivamente. Lembrando que para todos esses municípios, componentes do primeiro quarto do IDHM dos municípios da RMRJ, o índice segundo a variável de Educação é o que menos contribui para o posicionamento dos mesmos, seguindo a mesma direção em termos estatísticos do IDHM da RMRJ.

Ao analisarmos o segundo quarto da colocação dos municípios da RMRJ, segundo sua classificação a nível estadual, é possível constatar uma maior heterogeneidade na composição desses municípios, onde o sexto colocado no *ranking* da RMRJ, o município de Mesquita, ocupa a décima sexta posição do *ranking* estadual, com um IDHM de 0,737. Enquanto os municípios de Nova Iguaçu e Seropédica ambos com IDHM de 0,713, ocupam no *ranking* da RMRJ respectivamente a décima e décima primeiras colocações, no *ranking* do estado estão empatados na quadragésima primeira posição. Configurando ainda mais as disparidades, em termos de desenvolvimento socioeconômico, entre esses municípios pertencentes à RMRJ.

Os municípios equivalentes ao terceiro quarto da nossa análise variam entre a quadragésima nona e quinquagésima nona colocações, sendo eles, Duque de Caxias (0,711) e Guapimirim (0,698), respectivamente. Sendo esse o quarto, relativamente, mais homogêneo entre si, no que condiz a colocação no *ranking* do IDHM para o ERJ, uma vez que sugere uma variação de posicionamento menor.

Por fim, o último quarto do posicionamento segundo IDHM para os municípios componentes da RMRJ segundo sua classificação estadual, temos a variação do município de Itaboraí (0,693), com a sexagésima segunda colocação do estado até finalmente o pior classificado dentre os municípios da RMRJ, Tanguá (0,554), que por sinal ocupa a octogésima sexta colocação em nível estadual.

A implicação principal dessa grande disparidade no IDHM dos municípios que compõem a RMRJ é o enorme obstáculo na elaboração de políticas públicas para a RMRJ uma vez que seus municípios convivem com realidades socioeconômicas tão diferentes.

Além disso, em meio ao movimento que a indústria fez rumo ao interior do estado e com a intensificação desse movimento frente aos investimentos da indústria petroleira em direção aos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé há de se considerar o nível de desenvolvimento alcançado por esses municípios durante essa última década.

O IDHM de Campos dos Goytacazes em 2000 era de 0,618 e em 2010 de 0,716, ou seja, alcançando um expressivo aumento em seu índice no período considerado de

crescimento dos investimentos na produção de petróleo e gás no Norte Fluminense, decorrente de uma maior demanda internacional. O Município de Macaé dispõe do mesmo cenário, uma vez que no ano de 2000 o seu IDHM era de 0,665 e em 2010 passou para 0,764. Ainda no que diz respeito a essa migração da indústria para o interior, os municípios de Resende, Porto Real e Volta Redonda, na região do Médio Paraíba, também obtiveram evoluções expressivas dos seus índices de desenvolvimento humano no período compreendido entre os anos 2000 e 2010, devido os investimento na indústria de veículos automotores e siderúrgica. O município de Porto Real, com pouco mais de 16.000 habitantes segundo o Censo de 2010 e criado em 1997, foi o que mais apresentou evolução do seu IDHM geral passando de 0,568 em 2000 para 0,713 em 2010, dentre os municípios analisados. Já os municípios de Resende e Volta Redonda apresentam características mais semelhantes entre si, com mais tempo de existência e com índices populacionais muito maiores apresentaram em 2000 o IDHM de 0,660 e 0,682, respectivamente. No ano de 2010 esses valores aumentaram passando para 0,768 no que diz respeito ao município de Resende e 0,771 para o município de Volta Redonda.

3.2 - Índice de Desenvolvimento Humano da RMRJ segundo a ótica da Longevidade

Um das óticas que compreende a elaboração do IDMH é a da Longevidade, uma vez que é considerada segundo a ONU, um dos fatores determinantes para se alcançar o bem-estar e desenvolvimento econômico e social do mundo. De acordo com PNUD (2015),

Vida longa e saudável é medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto a partir dos dados dos Censos Demográficos do IBGE. Esse indicador mostra o número médio de anos que as pessoas viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados no ano de referência.
(PNUD, 2015)

De acordo com dados do Censo de 2010, o IDHM segundo aspectos de Longevidade em 2000 foi de 0,775 para a RMRJ passando para 0,839 em 2010. E como dito anteriormente, o IDHM Longevidade foi o componente que mais contribuiu para o

IDHM geral da RMRJ. Em comparação aos índices do Estado, esse valor apresenta algumas variações, no entanto, pouco significativas. Em 2000, o IDHM longevidade para o ERJ foi de 0,740 enquanto que em 2010 esse número chegou a 0,835. No que tange aos dados sobre a esperança de vida ao nascer, em número de anos, o Censo 2000 apurou uma expectativa de 71,51 enquanto o Censo 2010 demonstrou um aumento nessa expectativa chegando à 75,31 anos. Já a situação da esperança de vida para o ERJ como um todo mostra que no ano de 2000, ela era de 69,42 anos passando para 75,10 no ano de 2010. Enquanto no Brasil a esperança de vida em 2000 era de 68,6 anos e passou a ser de 73,9 anos, em 2010.

Tabela 11 - População Total, por Gênero, Rural/Urbana - Região Metropolitana do Rio de Janeiro

População	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
População total	10.964.296	100	11.945.976	100
Homens	5.218.359	47,59	5.657.732	47,36
Mulheres	5.745.937	52,41	6.287.800	52,64
Urbana	10.865.888	99,1	11.866.144	99,33
Rural	98.408	0,9	79.832	0,67

Fonte: Atlas Brasil

Com o objetivo de identificar a longevidade da população da RMRJ é importante fazer também uma abordagem quanto o perfil da população da RMRJ como um todo. Mediante a isso, foi possível identificar, conforme apresentado na Tabela 11, que do ano 2000 para o ano de 2010 a população da RMRJ aumentou cerca de 9%, num total de 11. 945. 976 habitantes, e que representou uma taxa anual de 0,86%. Já no Brasil, a taxa de crescimento populacional anual foi de 1,17% Contudo, podemos identificar que 47,36% da população é composta por homens enquanto, 52,64% da população é composta por mulheres. Além disso, a maior parte da população da RMRJ, foi considerada em 2010, a população residente em área urbana passou de 99,10% em 2000, para 99,33%, em 2010 e apenas 0,67% eram residentes em área rural. Sendo que em nível nacional a taxa passou de 81,25% em 2000, para 84,36% em 2010.

Além disso, outro conceito para identificação do IDHM Longevidade, segundo critérios do PNUD se diz respeito à razão de dependência e taxa de envelhecimento. A taxa de envelhecimento corresponde ao percentual da população de menos de 15 anos e população de 65 anos ou mais, a população dependente, em relação à população de 15 a 64 anos, a população potencialmente ativa. Já o índice de envelhecimento é a razão entre a população de 65 anos ou mais de idade em relação à população total.

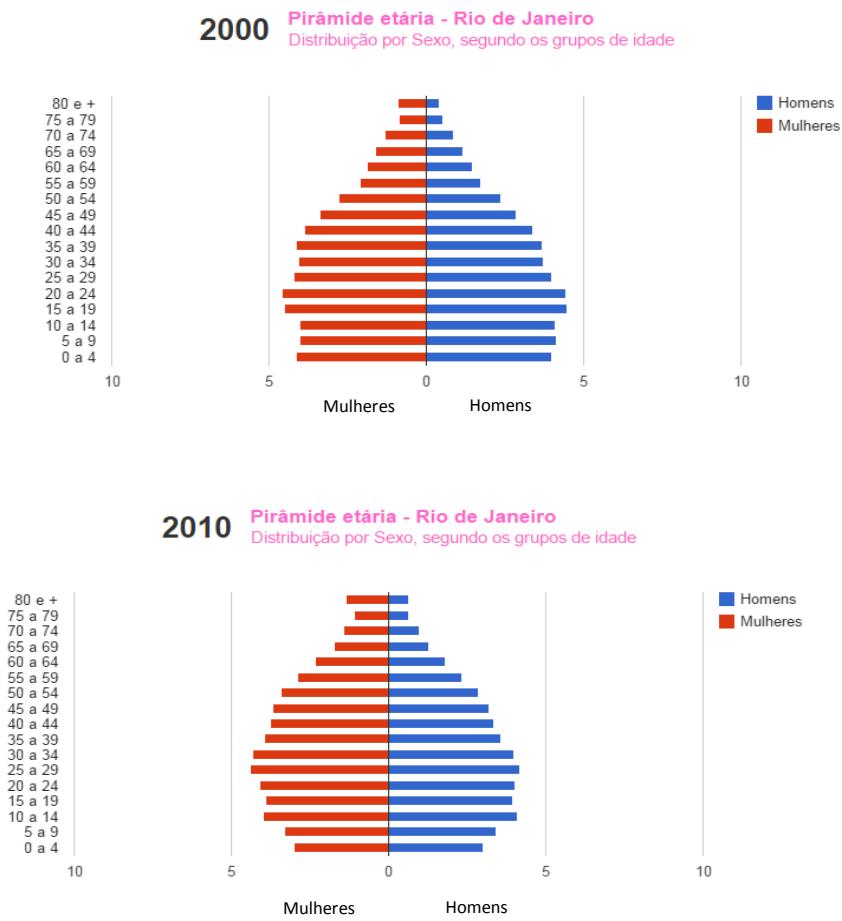
Tabela 12 - Estrutura Etária da População - Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Estrutura Etária	População (2000)	% do Total (2000)	População (2010)	% do Total (2010)
Menos de 15 anos	2.708.030	24,7	2.493.971	20,88
15 a 64 anos	7.418.809	67,66	8.362.823	70,01
65 anos ou mais	837.457	7,64	1.089.182	9,12
Razão de dependência	47,79	-	42,85	-
Índice de envelhecimento	7,64	-	9,12	-

Fonte: Atlas Brasil

Diante disso, na Tabela 12 está registrado que, entre 2000 e 2010, houve na RMRJ um retração da razão de dependência passando de 47,79% para 42,85%, enquanto o índice de envelhecimento passou de 7,64% para 9,12%, para o mesmo período. Quando a análise se resume à situação do Brasil, verifica-se que a razão de dependência passou de 54,94%, em 2000, para 45,92% em 2010. Além do que, o índice de envelhecimento passou de 5,83% para 7,36% no mesmo período. De modo que, ao observarmos a variação da configuração das pirâmides etárias da RMRJ, na Figura 3, é possível constatar esse movimento de aumento da taxa de envelhecimento em consequência da também elevação da esperança de vida em número de anos, conforme visto anteriormente, entre os anos de 2000 e 2010.

Figura 3 – Pirâmide etária da região metropolitana do Rio de Janeiro por sexo segundo grupos de idade 2000/2010



Fonte: Atlas Brasil

Tabela 13 - Longevidade, Mortalidade e Fecundidade - RM do Rio de Janeiro

	2000	2010
Esperança de vida ao nascer (em anos)	71,5	75,3
Mortalidade até 1 ano de idade (por mil nascidos vivos)	23,7	13,7
Mortalidade até 5 anos de idade (por mil nascidos vivos)	27,7	16
Taxa de fecundidade total (filhos por mulher)	2	1,7

Fonte: Atlas Brasil

A Tabela 13 apresenta o panorama da Longevidade e Mortalidade e Fecundidade da RMRJ entre os anos de 2000 e 2010. Desta forma, é possível perceber que adicionalmente à elevação da esperança de vida em número de anos que passou de 71,5 para 75,3 anos, crescendo em torno de 3,8 anos durante o período, outras taxas, tais como, de mortalidade infantil e fecundidade contribuíram para a ascensão do IDHM Longevidade durante esse período. A mortalidade infantil, considerada a mortalidade da criança com menos de um ano de idade, passou de 23,7 por mil nascidos vivos, em 2000, para 13,7 por mil nascidos vivos em 2010. No Brasil, essa mesma taxa passou de 30,6 por mil nascidos vivos para 16,7 nascidos vivos no mesmo período. A taxa de mortalidade em até cinco anos de idade também sofreu expressiva alteração nesses anos, passando de 27,27 por mil vivos, em 2000, para 16 por mil vivos, em 2010. No entanto, a taxa de fecundidade total, ou seja, filhos por mulheres, manteve-se relativamente estável, passando de 2 para 1,7.

Tabela 14 - IDHM Longevidade e Esperança de vida ao nascer, Brasil, Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, em 2010

Região	IDHM Longevidade (2010)	Esperança de vida ao nascer (2010)
Brasil	0,816	73,94
RM Belo Horizonte	0,849	75,94
RM Rio de Janeiro	0,839	75,31
RM São Paulo	0,853	76,15

Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

O conceito do IDHM Longevidade no que tange às regiões metropolitanas torna-se interessante quando comparado com outras regiões do Brasil pelo qual é possível identificar uma semelhança socioeconômica, como é o caso das Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte e de São Paulo. De modo que é possível perceber que através da ótica da Longevidade a RMRJ não está tão dispare das outras duas regiões por mais que ela ainda seja o menor IDHM Longevidade das três, alcançando em 2010 0,839 frente aos 0,853 da RMSP e 0,849 da RMBH, conforme apresentado na Tabela 14. No que diz respeito à Esperança de vida ao nascer em anos, essa variação se mostra ainda mais uniforme, apenas com uma ligeira “liderança” assumida pela RMSP, que alcançou, em 2010, uma esperança de 76,15 anos, seguida por 75,94 e 75,31 anos, de Belo Horizonte e Rio de Janeiro, respectivamente.

Um dos critérios estabelecidos pela ONU no que diz respeito ao IDHM Longevidade são as condições de vulnerabilidade do ser humano para alcançar o desenvolvimento humano. Diante disso, submetemos a análise das condições de habitação tanto em termos nacional como em comparação com as RMBH, RMRJ e RMSP. A Tabela 15 mostra as condições da população local em termos de infraestrutura de seus domicílios, segundo condições de água encanada, coleta de lixo, energia elétrica e densidade populacional dos domicílios.

Tabela 15 - População total e percentual porpulacional dado condições de habitação, Brasil, Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, 2010

Região	Brasil	RM Belo Horizonte	RM Rio de Janeiro	RM São Paulo
População total (2010)	190.755.799	4.883.970	11.945.976	19.683.975
% da população em domicílios com água encanada (2010)	92,72	98,88	95,05	96,77
% da população em domicílios com banheiro e água encanada (2010)	87,16	97,57	94,69	96,48
% da população em domicílios com coleta de lixo (2010)	97,02	98,62	97,22	99,61
% da população em domicílios com energia elétrica (2010)	98,58	99,91	99,95	99,94
% da população em domicílios com densidade > 2 (2010)	27,83	20,45	31,67	34,37

Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

É possível perceber que em meio à três regiões que possuem quase que totalmente a sua população residente em área urbana, o percentual da população que habita em domicílio com energia elétrica alcança índices satisfatórios para as três regiões que ultrapassam os 99%. Já no que diz respeito aos domicílios com coleta de lixo a RMRJ tem uma pior condição (97,22%) frente às outras Regiões Metropolitanas, 99,61 e 98,62, para São Paulo e Belo Horizonte, respectivamente. Com relação à população que habita domicílios com água encanada e com água encanada e banheiro a RMRJ também sofre uma pequena desvantagem em relação às outras regiões, 95,05% e 94,69%. Todavia, nesses dois critérios à RMBH leva vantagem sobre as três, uma vez que em 2010 obteve a marca de 99,88% da população residente em domicílios com água encanada e 97,02% da população residente em domicílios com banheiro e água encanada. Além disso, a RMRJ que é a segunda em termos de população total dentre às três também apresenta um percentual da população residente com densidade maior que dois habitantes de 31,67% atrás apenas da RMSP que apresenta um percentual de 34,37%.

Dentre os municípios nas regiões cuja indústria fluminense tem de destacado nos últimos anos é possível perceber que entre os anos de 2000 e 2010, houve um expressivo progresso do IDHM no que diz respeito ao critério de Longevidade. De modo que foi possível observar que a esperança de vidas desses municípios também se elevou conforme apresenta a Tabela 16. De modo que é possível perceber os as regiões que receberam mais investimentos nos últimos anos também receberam investimentos que influenciasse positivamente na qualidade de vida da população residente nessas regiões.

Tabela 16 - Esperança de vida ao nascer e IDHM Longevidade para municípios selecionados 2000/2010

	Esperança de vida ao nascer (2000)	Esperança de vida ao nascer (2010)	IDHM Longevidade (2000)	IDHM Longevidade (2010)
Campos dos Goytacazes (RJ)	70,10	74,82	0,751	0,830
Macaé (RJ)	70,06	74,66	0,751	0,828
Porto Real (RJ)	68,54	74,01	0,726	0,817
Resende (RJ)	70	75,31	0,750	0,839
Volta Redonda (RJ)	70,80	74,98	0,763	0,833

Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

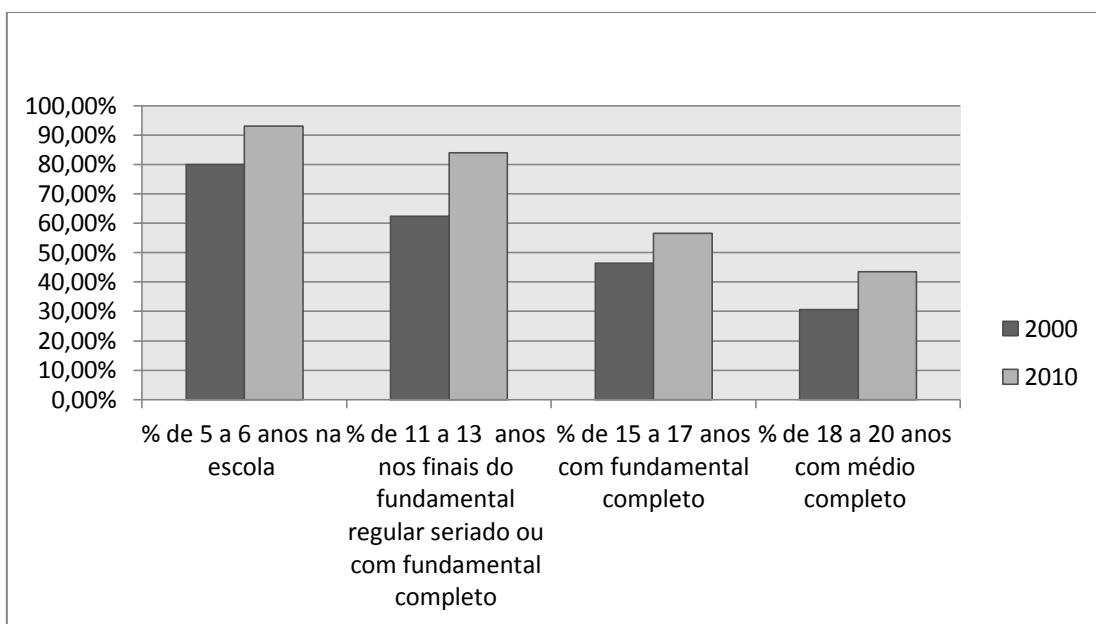
3.3 - Índice de Desenvolvimento Humano da RMRJ segundo a ótica da Educação

A da Educação é a segunda ótica compreendida na elaboração do IDMH. Este também é um dos critérios estabelecidos pela ONU para se alcançar o bem-estar e desenvolvimento econômico e social do mundo, conforme a seguir:

O acesso ao conhecimento (educação) é medido por: i) média de anos de educação de adultos, que é o número médio de anos de educação recebidos durante a vida por pessoas a partir de 25 anos; e ii) a expectativa de anos de escolaridade para crianças na idade de iniciar a vida escolar, que é o número total de anos de escolaridade que um criança na idade de iniciar a vida escolar pode esperar receber se os padrões prevalecentes de taxas de matrículas específicas por idade permanecerem os mesmos durante a vida da criança; (PNUD, 2015)

O IDHM segundo a ótica da Educação, como vimos anteriormente, foi o que menos contribuiu para o IDHM da RMRJ de acordo com os dados do Censo de 2010. O IDHM Educação em 2010 sofreu uma melhora se comparado ao ano de 2000, passando de 0,548 para 0,686. Foi possível identificar também uma substancial melhora nos componentes que constituem o IDHM Educação. Dentre os mais expressivos foi observado que o percentual de alunos de 11 a 13 anos frequentando o ensino fundamental passou de 62,44%, em 2000, para 84,01% em 2010. O número de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola também aumentou, atingindo 80,1% em 2000 e em 2010, 93,01%. Assim como, o percentual de pessoas entre 18 e 20 anos com o ensino médio completo, que passou de 30,7% em 2000, para 43,53% em 2010. De modo que o percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo que chegou à 56,64%, em 2010. Ou seja, esses dez anos de análise mostraram que houve um aumento de crianças e jovens nas escolas no período compreendido entre os anos de 2000 e 2010, conforme mostra o Gráfico 3. No entanto, não o suficiente para fazer desse indicador a grande alavanca para o IDHM da RMRJ.

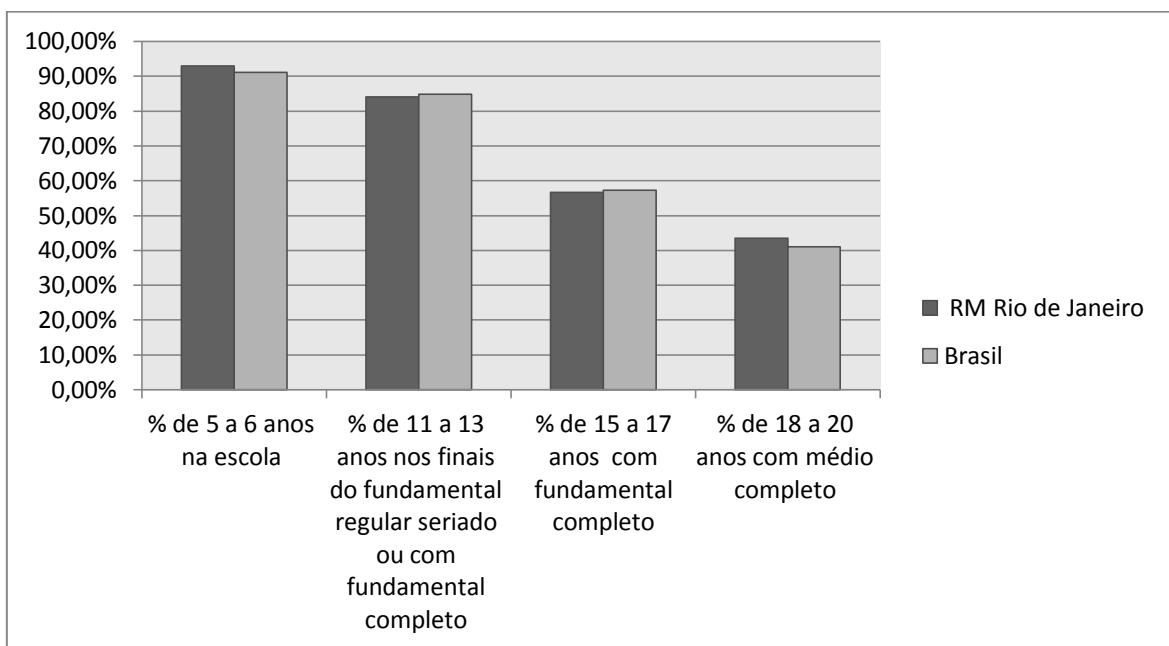
Gráfico 3 - Fluxo escolar por faixa etária -
Região metropolitana do Rio de Janeiro - 2000/2010



Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

O Gráfico 4 mostra a comparação do fluxo escolar por faixa etária entre a RMRJ e o Brasil como um todo no ano de 2010. Foi possível observar valores bem semelhantes nessas duas áreas de análise. O percentual de crianças com 5 e 6 anos frequentando a escola foi de 93,01% para a RMRJ e de 91,12% para o Brasil. Enquanto o percentual de crianças de 11 a 13 anos de idade nos finais do ensino fundamental regularmente seriado ou com o ensino fundamental completo foi de 84,01% para a RMRJ e 84,86% para o Brasil. No que diz respeito aos jovens com 15 a 17 anos, com ensino fundamental completo, esse percentual cai consideravelmente em comparação às outras faixas, sendo de 56,64% para a RMRJ e 57,24% para o Brasil. E finalmente, o percentual dos jovens entre 18 e 20 anos, com ensino médio completo, é pouco mais de 40%, alcançando 43,53% e 41,01%, para a RMRJ e para o Brasil, respectivamente. Demonstrando que a RMRJ está num panorama bem similar à média do Brasil como um todo.

**Gráfico 4 - Fluxo escolar por faixa etária -
Região Metropolitana do Rio de Janeiro e Brasil - 2010**



Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

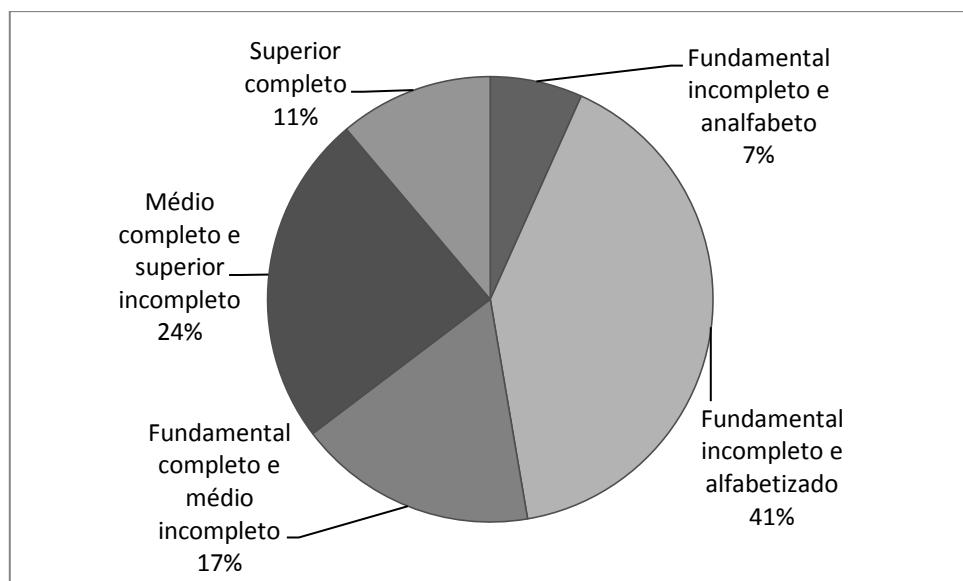
Entretanto, um outro fator se faz importante na avaliação do indicador Educação que é a defasagem entre a idade do aluno e a série em que ele está cursando. Com isso,

em 2010, 81,99% da população de 6 a 17 anos de idade da RMRJ estavam cursando o ensino básico regular com até dois anos de defasagem idade-série. No ano de 2000, esse número foi de 77,80%. No que diz respeito ao ensino superior da RMRJ, jovens e adultos de 18 a 24 anos, 16,15% o estavam cursando em 2010. Em 2000, esse valor era de 11,04%.

O indicador que se refere à expectativa de anos de estudo também é uma forma de sintetizar a frequência escolar da população em idade escolar, uma vez que, indica o número em anos que uma criança inicia a vida escolar e o ano de referencia pelo qual a mesma ira acabar quando tiver completado 18 anos de idade. A expectativa dos anos de estudo na RMRJ variou entre os anos de 2000 e 2010, de 9,11 anos para 9,56 anos, respectivamente. Enquanto no Brasil essa variação foi de 8,76 anos para 9,54 anos, no mesmo período.

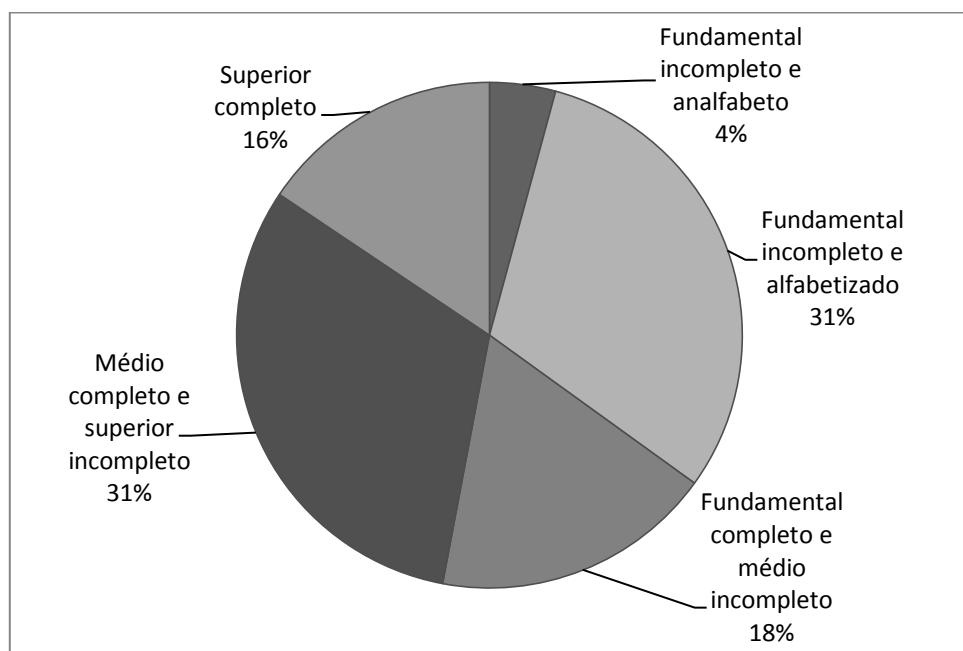
Outra questão a ser discutida para a elaboração do IDHM Educação da RMRJ é o nível de escolaridade da população adulta. E para isso, os Gráficos 5 e 6, medem o percentual da população com 25 anos ou mais de acordo com o seu nível de escolaridade para os anos de 2000 e 2010, respectivamente. De modo que, foi possível perceber que a RMRJ, durante os anos analisados teve uma retração no percentual da população com nível fundamental incompleto e analfabeto, passando de 7% em 2000 para 4% em 2010. Assim como, o percentual da população com fundamental incompleto e alfabetizado, que passou de 41% em 2000 para 31% em 2010. Para o nível de escolaridade de fundamental completo e médio incompleto a variação foi pouco expressiva, de 17% e 18%, em 2000 e 2010, respectivamente. Já no nível de médio completo e superior incompleto houve um progressivo aumento da taxa populacional, passando de 24% em 2000 para 31% em 2010. De modo semelhante, o aumento do percentual da população da RMRJ com nível superior completo que aumentou de 11% para 16%.

Gráfico 5 - Escolaridade da População com 25 anos ou mais da RMRJ 2000



Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

Gráfico 6 - Escolaridade da População com 25 anos ou mais da RMRJ 2010

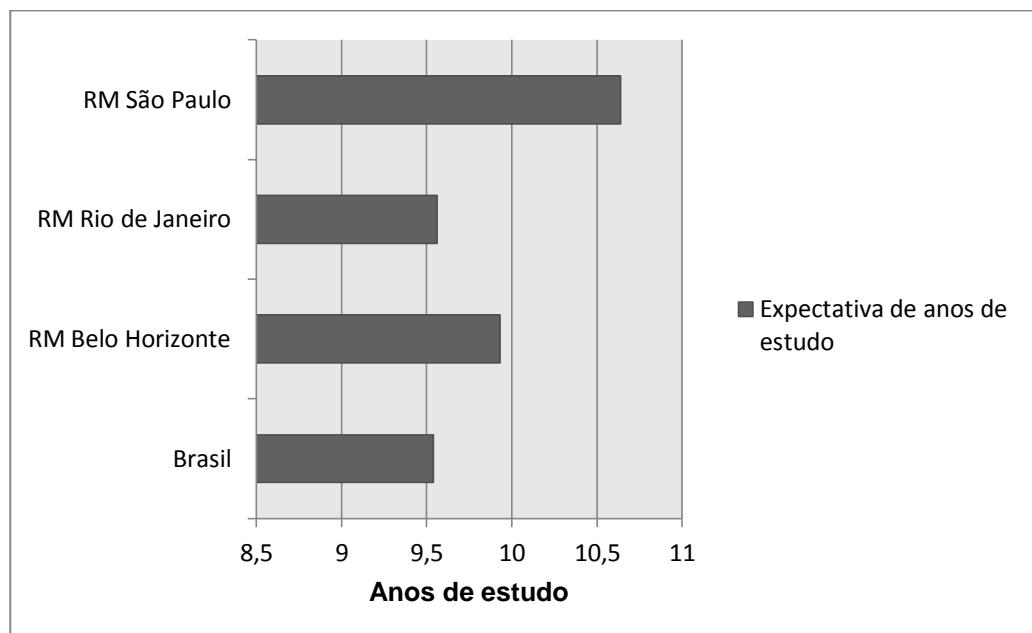


Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

O IDHM Educação, segundo Censo de 2010, para a RMRJ foi de 0,686 acima do IDHM para o mesmo indicador a nível nacional que foi de 0,637. Em meio a isto vale ressaltar que regiões metropolitanas como a de Belo Horizonte e de São Paulo, cujos índices foram de 0,694 e 0,723, respectivamente, indicando que dentre as três

regiões a RMRJ obteve o menor índice. A comparação dos componentes deste indicador para as três regiões que apresentam características socioeconômicas semelhantes revela outros aspectos interessantes. De acordo com o Gráfico 7, é possível ver que a RMSP é a mais desenvolvida no que diz respeito a expectativa de número de anos de estudo, uma vez que, apresentou, segundo Censo de 2010, uma expectativa de cerca de 10,64 anos, superior inclusive, à expectativa do Brasil, que é de 9,54 anos. A RMSP é seguida por a RMBH que apresentou uma expectativa de 9,53 anos e RMRJ, 9,56 anos.

Gráfico 7 - Expectativa de anos de estudo Brasil, e Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo 2010

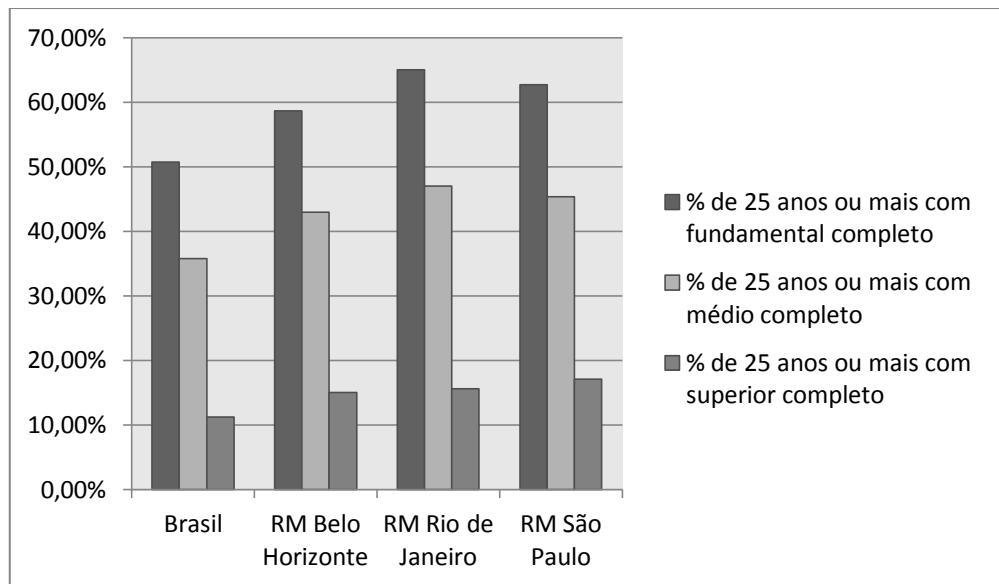


Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

Quando a escolaridade da população de 25 anos ou mais está em foco, é possível também comparar as regiões metropolitanas de Belo horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, além do percentual para o Brasil como um todo, conforme abordado pelo Gráfico 8. Foi verificado que em 2010, o percentual da população com 25 anos ou mais com ensino fundamental completo no Brasil foi de 50,75%, enquanto que nas RMBH, RMRJ e RMSP foram de 58,67%, 65,05% e 62,72%, respectivamente. Constatando que comparativamente a RMRJ “lidera” o grupo. No que diz respeito ao percentual da população com 25 anos ou mais com ensino médio completo, o resultado foi de 35,83% para o Brasil, com uma significativa queda em relação ao percentual para o ensino fundamental; 42,96% para a RMBH; 47,03% para a RMRJ e 45,38% para RMSP. Mais

uma vez com um melhor resultado para a RMRJ frente às outras regiões e acima do percentual nacional. Já para o percentual da população com 25 anos ou mais com nível superior completo, o Brasil registrou 11,27% da população, as regiões metropolitanas de Belo horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, 15,05%, 15,60% e 17,12%, respectivamente.

Gráfico 8 - Escolaridade da população com 25 anos ou mais para o Brasil e as Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo - 2010

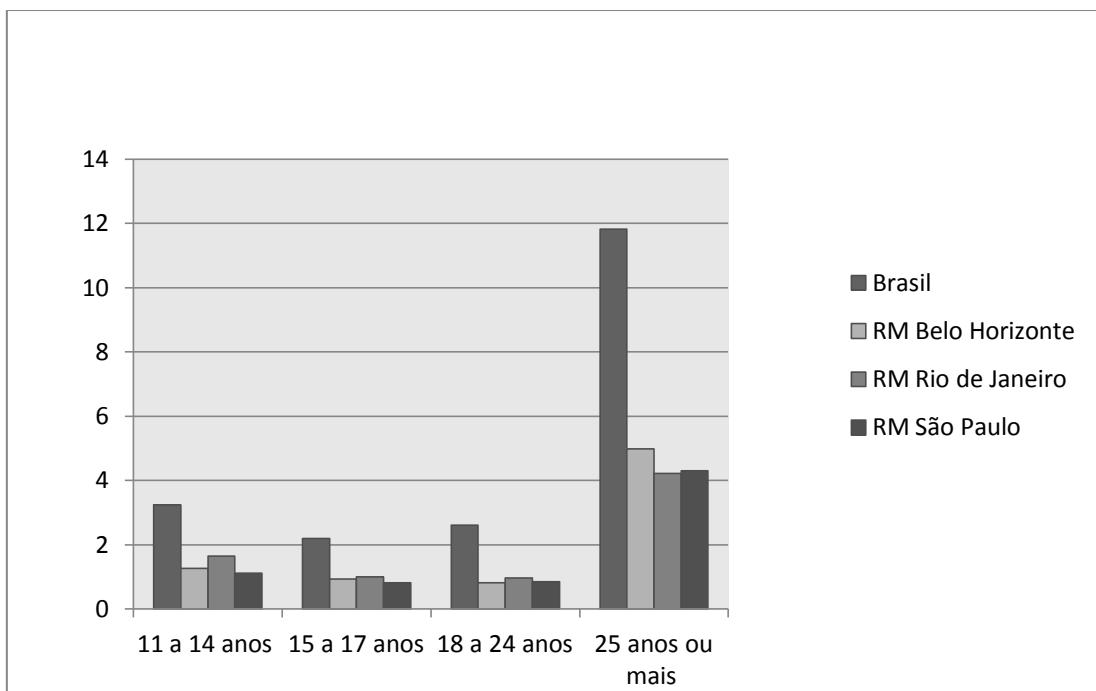


Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

A taxa de analfabetismo, segundo o IBGE, é a percentagem das pessoas analfabetas, ou seja, a pessoa que não sabe ler nem escrever um bilhete simples no idioma que conhece, de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário. De modo que, o Gráfico 9 apresenta segundo o Censo 2010, a taxa de analfabetismo da RMRJ em comparação com o Brasil e as RMBH e RMSP de acordo com quatro faixas etárias diferentes. Segundo os dados, para a faixa de 11 a 14 anos de idade, o Brasil registrou 3,24% de analfabetos enquanto a RMBH, 1,26, RMRJ, 1,64 e RMSP 1,12. Quando a faixa passa para os jovens de 15 a 17 anos o percentual de analfabetos no Brasil foi de 2,2% contra 0,94%, 1% e 0,81% para RMBH, RMRJ e RMSP, respectivamente. Na faixa etária entre os 18 e 24 anos, os dados foram de 2,61% para o Brasil, 0,81% para a RMBH, 0,97% para a RMRJ e 0,85% para a RMSP. E

finalmente, entre a faixa de 25 anos ou mais o Brasil registrou um salto percentual de 11,82% enquanto as regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo apresentaram o percentual de 4,99%, 4,22, 4,31%, respectivamente. Dentre todas as faixas etárias a única que a RMRJ ficou abaixo das demais regiões metropolitanas analisadas foi a de 25 anos ou mais.

Gráfico 9 - Taxa de analfabetismo por faixa de idade - Brasil e Regiões Metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo - 2010



Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

Segundo a Tabela 17, é possível observar que dentre os municípios que tem obtido destaque no que diz respeito aos investimentos produtivos da indústria no interior do ERJ, o IDHM no critério de educação foi o que mais apresentou evolução no período compreendido entre os anos 2000 e 2010. Por mais que alguns municípios ainda estejam apresentando um índice bem abaixo do Estado como um todo ou comparativamente ao da RMRJ é possível identificar que está havendo um movimento positivo no desenvolvimento da educação nessas regiões. De modo que o município de Porto Real foi o que mais apresentou progresso nessa componente passando de 0,393 em 2000 para 0,645 em 2010. No que se refere à expectativa de anos de estudo o

destaque se dá para o município de Volta Redonda que apresentou em 2010 a expectativa de 9,82 anos. Assim como na avaliação da taxa de analfabetismo para pessoas com 25 anos ou mais, onde também apresentou a menor taxa em 2010 dentre os municípios comparados, 3,98.

Tabela 17 - Expectativa de anos de estudo, IDHM Educação e Taxa de analfabetismo para pessoas com 25 anos ou mais, para municípios selecionados

	Expectativa de anos de estudo (2010)	IDHM Educação (2000)	IDHM Educação (2010)	Taxa de analfabetismo - 25 anos ou mais (2010)
Campos dos Goytacazes (RJ)	8,5	0,474	0,619	8,21
Macaé (RJ)	8,53	0,531	0,681	5,19
Porto Real (RJ)	8,97	0,393	0,645	8,02
Resende (RJ)	9,62	0,529	0,709	5,13
Volta Redonda (RJ)	9,82	0,58	0,72	3,98

Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

3.4 - Índice de Desenvolvimento Humano da RMRJ segundo a ótica da Renda

A terceira e última ótica que compõe o IDHM segundo os critérios do PNUD é a ótica da Renda. Para tal é usado o conceito de IDHM Renda a fim de estabelecer a partir desse índice a capacidade de poder de compra de um cidadão que lhe garanta a possibilidade de alcançar o bem-estar e o desenvolvimento socioeconômico. Este conceito, segundo o PNUD (2015) é definido como:

E o padrão de vida (renda) é medido pela Renda Nacional Bruta (RNB) per capita expressa em poder de paridade de compra (PPP) constante, em dólar, tendo 2005 como ano de referência. (PNUD, 2015)

O IDHM Renda elaborado segundo dados do Censo de 2010 para a RMRJ foi de 0,796. Sendo considerado o índice que mais influenciou no resultado positivo geral do IDHM da RMRJ. Também foi observado um progressivo aumento nesse índice se comparado ao ano de 2000 que foi de 0,759. Além disso, a Renda *per capita* da RMRJ

cresceu 25,53% entre os anos de 2000 e 2010, passando de R\$900,81 em 2000 para R\$1.130,75 em 2010.

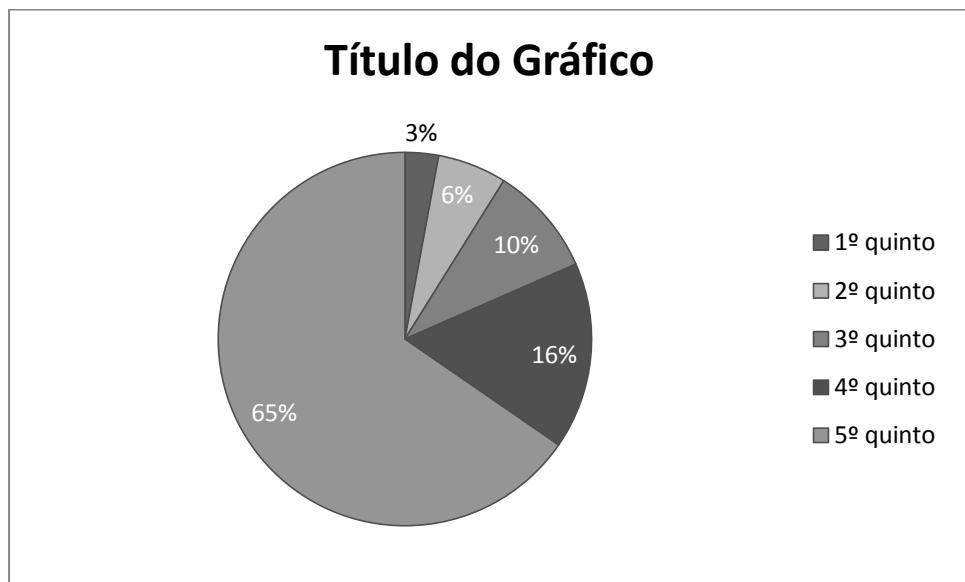
A desigualdade social na RMRJ é analisada através do índice de Gini. Este é um instrumento que mede o grau de concentração de renda, apontando a diferença de rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos. Vale lembrar que o índice varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a condição de total igualdade e 1 representa a condição de completa desigualdade de renda. O índice de Gini da RMRJ praticamente não se alterou entre 2000 e 2010, marcando 0,61 em 2000 e 0,60 em 2010. Ainda que o índice de Gini tenha permanecido praticamente constante, o percentual dos extremamente pobres na RMRJ caiu de 3,33 % em 2000 para 1,87% em 2010 (ver Tabela 18). Assim como, o percentual de pobres na RMRJ diminuiu de 12,42% em 2000 para 6,76% em 2010, fato este que se explica pelas políticas de transferência de renda do governo, principalmente através do Bolsa Família, cujo objetivo inicial sempre foi o de eliminar a pobreza extrema e garantir o mínimo da capacidade de comprar para a população sobreviver.

**Tabela 18 - Renda, Pobreza e
Desigualdade - Região Metropolitana do
Rio de Janeiro**

	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	900,81	1.130,75
% de extremamente pobres	3,33	1,87
% de pobres	12,42	6,76
Índice de Gini	0,61	0,60

Fonte: Atlas Brasil

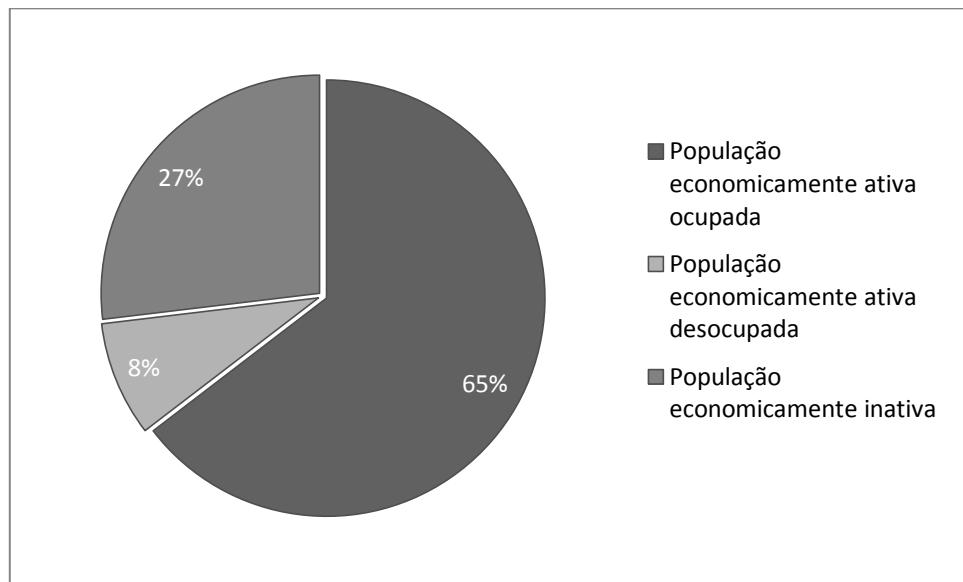
Gráfico 10 - Distribuição de renda por quintos da população da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (ordenadas segundo a renda domiciliar per capita) - 2010



Fonte: Atlas Brasil

Quando a análise da RMRJ é feita pela distribuição de renda por quintos da população conforme o Gráfico 10 apresenta, é possível identificar o percentual da população da RMRJ pertencente às faixas de renda ordenadas de acordo com a renda domiciliar per capita. Portanto, observamos que aproximadamente 3% da população pertencem ao primeiro quinto na distribuição de renda. 6% pertencem ao segundo quinto. 10% compõem o terceiro quinto e 16% o quarto quinto. Cabendo ao quinto, e último quinto, a maior parcela da população, ou seja, de 65%. Fato este que marca que a maior parte da população da RMRJ pertence à faixa cuja concentração de renda domiciliar per capita é menor.

Gráfico 11 - Composição da população com 18 anos ou mais da Região Metropolitana do Rio de Janeiro - 2010



Fonte: Atlas Brasil

O Censo 2010 conseguiu apurar em meio à população da RMRJ a composição das pessoas com 18 anos ou mais no que diz respeito à sua colocação no mercado de trabalho, que é outro fator importante para a determinação do IDHM Renda, como pode ser visto no Gráfico 11. De modo que foi possível verificar que 65% da população de 18 anos ou mais pertencem a população economicamente ativa ocupada da RMRJ. Seguida por 27% da população economicamente inativa. E finalmente com a parcela de 8% encontra-se a população economicamente ativa desocupada, lembrando que no ano de 2000 essa parcela da população era de 16,80%. Adicionalmente, em 2010, das pessoas ocupadas, 0,64% trabalhavam no setor agropecuário, 0,75% na indústria extractiva, 7,70% na indústria de transformação, 7,55% no setor de construção, 1,12% nos setores de utilidade pública, 16,99% no comércio e 58,28% no setor de serviços.

A Tabela 19 mostra que, na última década, a taxa de atividade na RMRJ aumentou, passando de 64,2 para 64,58 e, paralelamente a isso, a taxa de desocupação diminuiu passando de 16,8 para 8,51. Sendo interessante também se levar em conta que o grau de formalização da população ocupada com 18 anos ou mais também teve uma melhora, passando de 62,84 para 68,14.

Tabela 19 - Ocupação da população de 18 anos ou mais - Região Metropolitana do Rio de Janeiro

	2000	2010
Taxa de atividade	64,2	64,58
Taxa de desocupação	16,8	8,51
Grau de formalização dos ocupados - 18 anos ou mais	62,84	68,14
Nível educacional dos ocupados		
% dos ocupados com fundamental completo	62,47	73,76
% dos ocupados com médio completo	43,01	55,31
Rendimento médio		
% dos ocupados com rendimento de até 1 s.m.	27,42	10,16
% dos ocupados com rendimento de até 2 s.m.	60,87	60,73
% dos ocupados com rendimento de até 5 salários mínimo	85,6	85,56

Fonte: Atlas Brasil

Dentre o nível de escolaridade dos ocupados da RMRJ, em 2000, 62,47% obtinham ensino fundamental completo já em 2010, esse número passou para 73,76%. No que diz respeito ao ensino médio completo, 43,01% dos ocupados em 2000, tinha essa formação, enquanto em 2010 esse percentual aumentou para 55,31%.

O rendimento médio da população ocupada da RMRJ, no que diz respeito à variação entre os anos de 2000 e 2010, só tem destaque para os rendimentos até um salário mínimo. Observou-se uma retração desse percentual passando de 27,42% em 2000 para 10,16% em 2010. Com relação aos rendimentos salariais de até dois salários mínimos e de até cinco salários mínimos as variações percentuais no mesmo período foram bem inexpressivas.

O IDHM Renda da RMRJ, segundo informações do Censo de 2010, foi de 0,796. Se comparada a nível nacional, que foi de 0,739, o valor está acima da média nacional, no entanto, ambos fazem parte da mesma faixa de nivelamento estabelecida

pela medição do IDHM e é considerado alto. Quando comparado aos IDHM's das regiões metropolitanas de Belo Horizonte e São Paulo, que registraram os IDHM Renda de 0,788 e 0,812, a RMRJ ficou apenas atrás da RMSP nesta comparação. É importante ressaltar que dentre essas três regiões o índice de Gini, que é um importante indicador de concentração de renda, é praticamente o mesmo para todas regiões em análise. (ver Tabela 20) No entanto, quando a comparação se volta para o indicador de Renda *per capita*, é possível verificar que a mesma para o Brasil está bem abaixo da renda *per capita* das demais regiões metropolitanas, R\$ 793,87. Enquanto que a renda *per capita* da RMBH é de R\$1.079,91 a da RMRJ de R\$1.130,75, ficando atrás da RMSP que indicou uma renda *per capita* de R\$1.249,72.

Tabela 20 - Índice de Gini e Renda per capita Brasil e regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, 2010

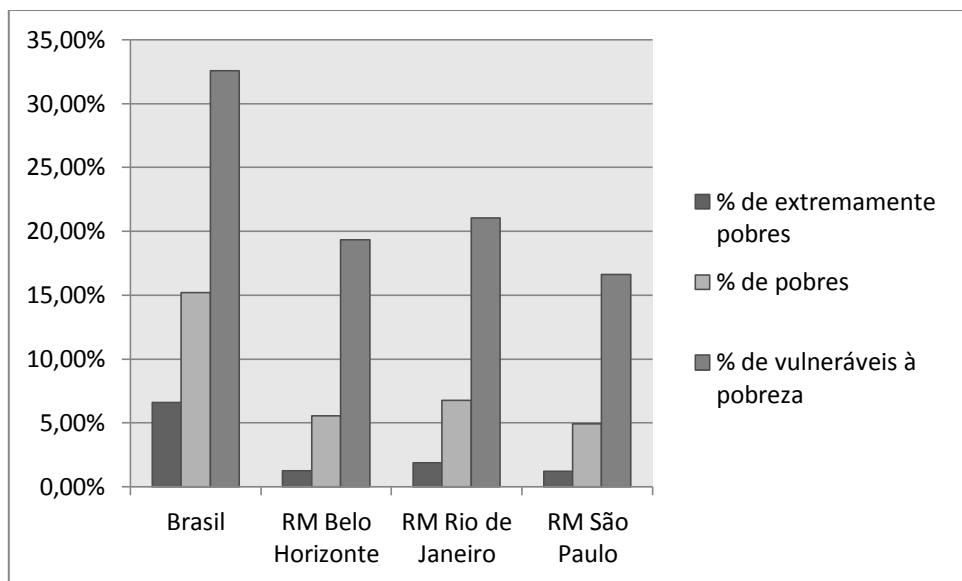
Região	Índice de Gini	Renda per capita (R\$)
Brasil	0,60	793,87
RM Belo Horizonte	0,59	1.079,91
RM Rio de Janeiro	0,60	1.130,75
RM São Paulo	0,60	1.249,72

Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

O Gráfico 12 apresenta o percentual da população segundo a faixa de vulnerabilidade do Brasil e das regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, segundo dados do Censo de 2010. O percentual de extremamente pobres para o Brasil, foi de 6,62%, índice bem acima das três regiões metropolitanas analisadas. Dentre elas a RMRJ lidera essa faixa com 1,87% seguida pela RMBH (1,25%) e pela RMSP (1,23%). Na faixa dos pobres, o percentual para o Brasil registrou 15,2% da população. A RMRJ mais uma vez foi a que registrou o maior percentual com um valor de 6,76% e novamente sendo seguida pela RMBH (5,58%) e pela RMSP (4,93%). Quando a faixa de renda diz respeito ao percentual da população vulnerável à pobreza, é possível ver que o Brasil alcançou 32,56%. A RMRJ segue com o maior percentual diante das outras duas regiões comparadas, 21,06%. A RMBH obteve 19,33% da população vulnerável à pobreza enquanto a RMSP, 16,64%. Logo, é possível perceber que o Rio de Janeiro é um estado que comparativamente possui mais pobres do que outros estados do Brasil se comparado aos anos anteriores e cada dia mais se

percebe que a pobreza é um fenômeno metropolitano (URANRI *et al.*, 2011). Uma vez que, esse aumento da pobreza metropolitana se dá pela busca da população por regiões conglobadas que reúnem melhores oportunidades de trabalho e acesso a equipamentos e serviços públicos. (MEYER *et al.*, 2005)

Gráfico 12 - Percentual da população segundo faixa de vulnerabilidade social para Brasil e regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo, 2010



Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

No que se refere aos municípios considerados polo de atração dos investimentos industriais dentro do ERJ nos anos recentes, o IDHM segundo o critério da Renda também apresentou melhora no ano de 2010 se comparado ao ano de 2000. Campos dos Goytacazes que em 2000 teve um IDHM Renda de 0,662 em 2010 passou para 0,715. Demonstrando que os investimentos no setor do petróleo foram importantes nessa última década de modo que a sua renda *per capita* também aumentou passando de R\$490,87 em 2000 para R\$682,56 em 2010. Entretanto, dentre os municípios selecionados ele é o que apresenta o maior percentual de extremamente pobres, 3,67% em 2010 mesmo apresentando um índice de Gini de 0,55 , abaixo do geral para o ERJ. Adicionalmente, o município de Macaé, também situado no Norte Fluminense e também município receptor dos investimentos no setor de petróleo e gás apresentou uma evolução, não tão expressiva, do seu IDHM Renda na última década, passando de 0,737 em 2000 para 0,792 em 2010. Mas no que tange a evolução da sua renda *per capita*, esta se mostrou mais expressiva chegando à R\$1103,42 em 2010 contra os

R\$786,54 do início da década. Os seus percentuais de extremamente pobres e seu índice de Gini também obtiveram valores positivos em 2010, 1,38% e 0,56, respectivamente.

Levando-se em conta os municípios do Médio Paraíba, cujos investimentos nos últimos anos se voltam para os setores de veículos automotores e siderurgia, também foi possível observar um considerável progresso no IDHM no que se refere à componente renda. O município de Porto Real apresentou em 2000 um IDHM Renda de 0,643 enquanto que em 2010 esse valor passou para 0,688. De modo que sua renda *per capita*, também aumentou nessa década chegando à R\$577,07 contra R\$ 438,10 do ano 2000, no entanto ainda com valores muito inferiores se comparado à RMRJ. Embora o seu índice de Gini seja o menor dentre os municípios selecionado, 0,42 e o seu percentual de população extremamente pobre, 1,29%. Já o município de Resende apresentou em 2000 um IDHM Renda de 0,723 e em 2010 esse valor chegou à 0,762, com uma melhora não tão expressiva quanto foi a da sua renda *per capita* que passou de R\$721,226 para R\$915,21. Contudo o seu percentual de população em níveis de pobreza extrema foi o menor dentre os municípios selecionados, 0,82% e o índice de Gini que mede a concentração de renda atingiu, 0,52. No que diz respeito ao município de Volta Redonda, foi possível observar que o seu IDHM Renda foi de 0,717 em 2000 e passou para 0,763 em 2010. Além disso, também foi possível constatar que a renda *per capita*, aumentou consideravelmente nessa década, passando de R\$ 694,79 e chegando à R\$ 920,51. Adicionalmente, os índice de Gini e taxa percentual da população que vive na extrema pobreza também apresentaram no ano de 2010 valores positivos para o município, de 0,5 e 1,47%, respectivamente. (ver Tabela 21)

Tabela 21 - IDHM Renda, Índice de Gini, Renda per capita e Percentual de extremamente pobres para municípios selecionados

	IDHM Renda (2000)	IDHM Renda (2010)	Índice de Gini (2010)	Renda per capita R\$ (2000)	Renda per capita R\$ (2010)	% de extremamente pobres (2010)
Campos dos Goytacazes (RJ)	0,662	0,715	0,55	490,87	682,59	3,67
Macaé (RJ)	0,737	0,792	0,56	786,54	1103,42	1,38
Porto Real (RJ)	0,643	0,688	0,42	438,1	577,07	1,29
Resende (RJ)	0,723	0,762	0,52	721,26	915,21	0,82
Volta Redonda (RJ)	0,717	0,763	0,50	694,79	920,51	1,47

Fonte: Elaboração própria com base em Atlas Brasil

CONCLUSÃO

A RMRJ vem sofrendo transformações políticas, administrativas, geográficas e econômicas desde a sua criação, em 1975. No entanto, recentemente, em função do contexto nacional e mundial que a cidade do Rio de Janeiro vem passando, é normal que a sua região também sofra os impactos dos investimentos que o município do Rio de Janeiro tem recebido. Além disso, a região metropolitana também é alvo de impactos quando investimentos, principalmente os produtivos, acontecem fora da mesma. Como por exemplo, o investimento que a RMRJ recebe em função da extração do petróleo no Norte Fluminense, seja através de investimentos em capacitação humana devido à instalação de Universidades e centro de pesquisas na cidade do Rio de Janeiro, seja através da implantação do COMPERJ, complexo petroquímico que visa à refinaria de petróleo na região de Itaboraí, ou mesmo as atividades realizadas na própria região metropolitana no município de Duque de Caxias. Associado a isso, aconteceram também os investimentos para a instalação do Arco Metropolitano, uma rodovia alternativa que circunda a RMRJ a fim de contribuir logicamente para as atividades do COMPERJ e das atividades econômicas da região como um todo.

Ao que parece, atualmente, a RMRJ não tem se beneficiado constantemente da importância política e administrativa que lhe foi concedida enquanto capital da Colônia, do Império e posteriormente da República. Também perdeu a importância econômica que adquiriu pela produção de açúcar e café nos períodos de glórias dessas atividades. Parece também ter perdido o seu prestígio por ser importante rota comercial, ligação e região abastecedora da região mineira durante o período de exploração dos metais preciosos. Tal falta de aproveitamento foi intensificada quando o estado de São Paulo ganhou importância econômica devido à migração da produção cafeeira para lá. De modo que as raízes poucos produtivas desse período geraram frutos que refletem no que região se transformou.

Com a chegada de Getúlio Vargas ao poder, e associado ao momento de prosperidade nacional, os governos estaduais do Rio de Janeiro começaram a induzir uma política de desenvolvimento através da industrialização, tanto no estado como a nível nacional. Com isso, o Rio de Janeiro, enquanto Distrito Federal se beneficiou de

tais políticas desenvolvimentistas dos anos de 1950 até a crise econômica e estrutural pela qual o país passou em 1980.

Contudo, foi na transferência da capital federal para Brasília que a cidade e consequentemente o ERJ viu a sua importância nacional perder força. Muito em função de uma descrença por parte da elite política e econômica tanto da cidade como do Estado de que esse episódio pudesse gerar essa consequência. Como visto, isso se deveu, em parte, ao período de prosperidade pelo qual a economia brasileira passou desde os anos de 1968 à 1980, o chamado “Milagre Econômico”. A cidade do Rio de Janeiro que já era marcada pela concentração de gastos e serviços públicos acabou se transformando em uma região onde os setores de comércio e serviços ganharam forças a partir do momento em que a indústria passou à migrar para outras regiões do estado e do país. O Estado de São Paulo a partir dos anos de 1920 já era o principal alvo dessa migração industrial.

Com o objetivo de recuperar o prestígio nacional perdido, o governo do então ERJ como parte de políticas para recuperação de sua importância política e administrativa, estabeleceu além da criação da RMRJ uma política voltada para a industrialização do estado. Foi através da fusão do estado do Rio de Janeiro com o estado da Guanabara, que só veio a ocorrer em 1975, com o apoio do governo federal, movido autoritariamente pela Ditadura Militar na época, que se estimulou a criação de várias indústrias na região. Pretendia-se que a fusão alavancasse a indústria no estado como um todo, tendo a RMRJ como pioneira e expandindo para fronteiras de acumulação no interior do estado.

A partir dos anos de 1990 houve a necessidade por parte da indústria nacional de uma modernização devido à abertura econômica, visando tornar a sua indústria mais competitiva. Aliado a isso, a busca por redução de custos por parte das empresas com a discussão sobre a guerra fiscal no Brasil e a busca por terrenos e mão de obra mais baratos, além do acesso mais fácil e com menores custos à matéria-prima, levaram o país a passar por um processo de desconcentração industrial que também pode explicar o mesmo movimento que o correu na RMRJ.

Nos últimos anos é perceptível que está havendo um movimento de migração da indústria para fora da RMRJ seguindo em direção a outras regiões do estado tal como o

Norte Fluminense em função dos investimentos na extração de petróleo e para o Médio Paraíba no que diz respeito à produção metalúrgica e de veículos automotores. Assim, como se pode perceber, nos anos mais recentes essas mesmas regiões vem concentrando uma maior participação no que se refere ao numero de empregos formais, incluindo nesse aspecto a região Serrana, cuja produção têxtil contribuiu também para a geração de postos de empregos formais.

Dados referentes ao PIB regional mostram o aumento do mesmo para a região norte do estado devido à produção petroleira nos municípios de Campos dos Goytacazes e Macaé. Foi inclusive na região periférica da RMRJ que a variação do PIB entre os anos 2000 e 2012 foi a mais expressiva. Embora, não deixe de ser relevante a participação da RMRJ no PIB estadual, com cerca de 70%, em especial capitaneada pela participação do município do Rio de Janeiro, impulsionado principalmente pelas atividades do setor de serviços.

O ERJ segue como a segunda maior economia regional do Brasil. E ainda é uma das principais unidades da federação em termos de produção industrial. Contudo é errado afirmar que nos últimos anos o avanço que a indústria geral do estado obteve foi em função tanto da indústria de transformação como da indústria extrativa. Os dados do Valor Adicionado Bruto nos mostram que a indústria extrativa foi a grande alimentadora da indústria fluminense nos últimos anos. A indústria extrativa fluminense vem se mostrando de grande participação não só para o estado como também para o país. Esse fato demonstra que as plantas industriais da RMRJ acabam perdendo importância uma vez que o desenvolvimento da indústria extrativa vem ocorrendo fora da região metropolitana.

No entanto, não necessariamente é correto afirmar que esteja havendo um processo de desindustrialização no ERJ com a produção voltada para produção de *commodities* e pelo fato da indústria de transformação ainda estar respondendo positivamente no setor de veículos automotores na região do Médio Paraíba. Mas vale lembrar que também nesse aspecto a RMRJ está sendo excluída e que acaba por ser dedicada majoritariamente aos setores de serviços e comércio. No entanto, por mais que as taxas da indústria na RMRJ venham diminuindo nos últimos anos elas ainda são relevantes, com destaque para o município do Rio de Janeiro e de Duque de Caxias, em

função do refino do Petróleo, e da produção industrial em outros municípios da Baixada Fluminense.

No que diz respeito à RMRJ é possível perceber a sua indústria está cada vez mais perdendo espaço para plantas industriais em outras regiões do estado. Mas no que tange a conjuntura socioeconômica da mesma, não foi evidente observar que essa perda de dinamismo industrial na região afetou as variáveis socioeconômicas da mesma num período de 10 anos, entre 2000 e 2010. A RMRJ é a sexta em nível nacional no *ranking* do IDHM. Contudo, os municípios que respondem por essa colocação em termos nacionais são muito poucos. Caindo sobre o município do Rio de Janeiro, dentre os vinte e um que compõem a região, a maior responsabilidade por esses números. Demonstrando como a RMRJ é heterogênea em sua composição o que de certa forma dificulta e tornam inviáveis as políticas públicas voltadas para a região.

Em termos gerais, foi possível identificar segundo o IDHM de 2000 e o de 2010 que a RMRJ obteve melhores resultados nas três variáveis componentes, Longevidade, Educação e Renda. Com uma menor participação relativa do indicador Educação para esse resultado e maior para a Longevidade. Contudo, quando a análise se dá através de uma comparação entre as RMBH e RMSP contata-se que o Rio de Janeiro ainda está atrás em alguns aspectos de desenvolvimento humano para a sua região metropolitana. Além disso, os municípios do ERJ cuja indústria fluminense tem migrado nos últimos anos em função da produção de petróleo e gás e de veículos automotores tem mostrado um considerável progresso em termos socioeconômicos.

A RMRJ não conseguiu se mostrar nesse espaço de 10 anos uma região cuja população tenha a plenitude das condições mínimas para garantir o desenvolvimento socioeconômico nos próximos anos. Pois por mais que a população tenha uma maior expectativa de vida e as taxas de mortalidade infantil tenham se reduzido, a qualidade dessa esperança maior de vida não é garantida de maneira eficaz pelas autoridades públicas quando o assunto é condição de saúde e habitação, por exemplo. Uma outra variável que explica essa correlação é a da Educação, onde por mais que o número de crianças frequentando à escola tenha aumentado os dados mostram que a taxa de abandono no decorrer da idade adulta vai aumentando proporcionalmente. O percentual de crianças de concluem a vida acadêmica até se formar em uma universidade é muito

pequeno, o que lhes garante um emprego de baixa qualificação e remuneração por não ter uma formação específica. A taxa de analfabetismo por faixa de idade na RMRJ também é superior se comparada às RMBH e RMSP. Embora para o nível de escolaridade da população com 25 anos ou mais seja de maior percentual no Rio de Janeiro, essa taxa ainda é muito baixa se comparada ao total da população.

Além disso, foi possível ver que a desigualdade social na RMRJ teve uma leve redução uma vez que a renda per capita da população também aumentou nos últimos dez anos. Com isso o índice dos extremamente pobres também diminuiu. No entanto a RMRJ ainda é a que concentra proporcionalmente mais extremamente pobres, pobres e vulneráveis à pobreza que a RMBH e RMSP. Adicionalmente a esse fato tem-se que a população economicamente ativa ocupada compõem uma maior parte da população e encontra-se trabalhando em sua maioria no setor de serviços. O que de certa forma é explicado também pelo movimento de menor impacto econômico que a indústria de transformação tem sofrido recentemente na RMRJ.

A monografia obteve resultados ainda limitados a respeito do futuro do desenvolvimento socioeconômico da RMRJ e das demais regiões do ERJ. Entretanto, futuros estudos, que venham a acompanhar os resultados dos investimentos que ainda estão sendo realizado, sobre a RMRJ o ERJ terão a capacidade de indicar o rumo desses investimentos voltados para a indústria, construção civil e as consequências em outros setores tal como, o de serviço e comércio. Podendo indicar também qual a direção que a dinâmica e o desenvolvimento socioeconômico da RMRJ irá seguir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ATLAS BRASIL (Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil). Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/> Acessado em 01/05/2015.

CEPERJ, Boletim CEPERJ - A Estrutura Industrial no estado do Rio de Janeiro 2008 a 2014. Rio de Janeiro, ano 1 nº: 3, Novembro de 2014.

FAURE, Yves-A; HASENCLEVER, Lia. O Desenvolvimento Local no Estado do Rio de Janeiro - estudos avançados nas realidades municipais. Rio de Janeiro: E-papers Serviços Editoriais, 2005, 460p

FAURE, Yves-A; HASENCLEVER, Lia; NETO, Romeu S. Novos rumos para a economia fluminense: oportunidades e desafios do crescimento do interior. Rio de Janeiro, E-papers, 2008, 370p.

HASENCLEVER, Lia; PARANHOS, Júlia; TORRES, Ricardo. Desempenho econômico do Rio de Janeiro: Trajetórias passadas e perspectivas futuras. DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 55, nº3, 2012, pp. 681-711.

LA ROVERE, Renata L.; Silva, Mauro O. Desenvolvimento econômico local da Zona Oeste do Rio de Janeiro e seu entorno. Rio de Janeiro, PoD, 2010, 252p.

LAGO, Luciana C. In: Como anda o Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Letra Capital, Observatório das Metrópoles, 2009.

LESSA, Carlos. O Rio de todos os Brasis: Uma reflexão em busca de autoestima. *Metrópoles*, Rio de Janeiro. Record, 2000, 478p.

MEYER, Regina M. P.; CRUZ, Maurício F. Um novo cenário para as metrópoles brasileiras. *Conjuntura da construção*, ano 3, n.2, p. 8-10, Junho de 2005.

NAZARETH, Paula A. C. P. Descentralização e federalismo fiscal: Um estudo de caso dos municípios do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

OSÓRIO, Mauro; VERSIANI, Maria Helena. O papel das instituições na trajetória econômico-social do Estado do Rio de Janeiro. Cadernos do Desenvolvimento Fluminense, Rio de Janeiro, n.2, julho, 2013.

PIQUET, Rosélia. Rio de Janeiro: perfis de uma metrópole em mutação. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, 2000, 146p.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Disponível em: http://www.pnud.org.br/idh/IDHM.aspx?indiceAccordion=0&li=li_IDHM Acessado em 26/06/2015.

RIBEIRO, Luiz C. Q. As metrópoles brasileiras no milênio (Resultado de um programa de pesquisa). Rio de Janeiro, Letra Capital, 2012, 280p.

SABÓIA, João. Descentralização industrial no Brasil na década de noventa - Um processo dinâmico e diferenciado regionalmente, *Nova Economia*, v.11, n.2, Dezembro de 2001.

SABÓIA, João. A continuidade do processo de desconcentração regional da indústria brasileira nos anos 2000. *Nova Economia*, v.23, n.2, maio-agosto de 2013.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. Limites ao desenvolvimento do estado do Rio de Janeiro: Aspectos estruturais de seu processo de industrialização no período recente. *Econômica*, Rio de Janeiro, v.11, n.2, p. 133-154, dezembro 2009.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. Metrópole do Rio e projeto nacional: Uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território. Ed. Garamond, Rio de Janeiro, 2013, 368p.

URANI, André; GIAMBIAGI, Fábio. Rio: A hora da virada. Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

URANI, André; FONTES, Adriana; CHERMONT, Ivo; ROCHA, Rudi. Desenvolvimento da região metropolitana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2004. Disponível: http://www.iets.org.br/download/documentopublicacao/desenvolvimento_da_regiao_metropolitana_do_rio_de_janeiro_1376157534.pdf. Acessado em: 21/10/2013

WIKIPÉDIA – Consulta ao mapa do estado do Rio de Janeiro e do estado da Guanabara: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Guanabara> - Acessado em 06/10/2014